



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

*Gabinete do Prefeito*

*"Montenegro Cidade das Artes Capital do Tanino e da Citricultura"*

Ofício n.º 301/2019 - GP

Montenegro, 25 de junho de 2019.

Assunto: **Resposta Pedido de Informação n.º 043/2019.**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, em atenção ao Pedido de Informação em epígrafe, vimos relacionar abaixo as respostas aos questionamentos, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC:

1) Em relação a vistoria realizada nos veículos que realizam o transporte escolar em contrato emergencial no Município, foram expedidos ofícios solicitando esclarecimentos, e os Processos n.º 2019/2323 – Mix Service Comércio e Serviços Ltda, n.º 2019/3158 – Júnior Machado, e n.º 2019/3155 – Alditur Turismo Ltda;

2) Em relação as atividades e atribuições dos servidores, segue anexa cópia da CI n.º 0338/2019, enviada pela Procuradoria Geral do Município – PGM à SMEC, a qual traz a descrição das atribuições dos fiscais de contrato, embasado na Lei n.º 8.666/93, o Decreto n.º 6.923/2015, e a consulta de Informações n.º 3080, fornecida pela DPM.

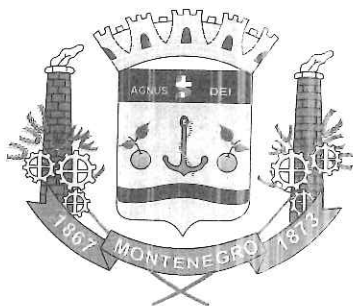
Atenciosamente.

  
Carlos Eduardo Müller,  
Prefeito Municipal.

A Sua Excelência o Senhor  
Cristiano Von Rosenthal Braatz,  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores,  
Montenegro, RS.

CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO  
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Por: TIAGO GOSUMI  
Em: 27/06/19, às 10 : 25



02  
x

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ofício nº 61/2019/SMEC

Montenegro, 12 de março de 2019.

ASSUNTO: Irregularidades constatadas


Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo, dou-lhe ciência de irregularidades constatadas durante a vistoria realizada nos veículos e documentos no dia 07.03.2019 no Parque Centenário, conforme descrito abaixo:


Carro	Inconformidades	Condutor	Pendências condutores
LOX 5390	VM / DETRAN/ seguros/ bancos danificados/cintos com problemas	Valdair L. Oliveira	OK
LNW 0970	VM / DETRAN/ seguros/faixa escolar/ 04 pneus traseiros/bancos danificados/cintos com problemas	Anselmo da Motta	OK

Desta forma, conforme orientação da PGM, solicitamos que sejam prestados esclarecimentos da situação descrita acima com urgência, para que possamos repassar a informação ao setor municipal competente. Solicitamos a conferência dos condutores para que os mesmos sejam alocados nos veículos com os quais trafegam diariamente. No aguardo de providências.

Atenciosamente,

  
RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

  
À  
MIX SERVICE COM.SERVS LTDA  
Montenegro - RS

  
ERITON CEZER DA SILVA DE AZEREDO  
Fiscal técnico

  
REGINA JOSIANE BORN  
Chefe de Serviço Assistência ao Educando

12/3/2019  
"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"  
Montenegro Cidade das Artes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ofício nº 62/2019/SMEC

Montenegro, 12 de março de 2019.

ASSUNTO: Irregularidades constatadas

Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo, dou-lhe ciência de irregularidades constatadas durante a vistoria realizada nos veículos e documentos no dia 07.03.2019 no Parque Centenário, conforme descrito abaixo:

Carro	Inconformidades	Condutor	Pendências condutores
IMX 7358	T.cessão/seguros/câmara/bancos danificados/cintos com problemas	Sidnei Schmitzhaus	BA/FC/NM/CNH/CURSO
ILF 6529	T.cessão/seguros/porta PNE com avaria/bancos, cintos com problemas	Ademar F. Almeida	BA/FC/NM/CNH/CURSO
INB 3511	DETRAN/seguros/câmara/limpador p.brisa	Rene M. Chagas	BA/FC/NM/CNH/CURSO

Desta forma, conforme orientação da PGM, solicitamos que sejam prestados esclarecimentos da situação descrita acima com urgência, para que possamos repassar a informação ao setor municipal competente. No aguardo providências.

Atenciosamente,

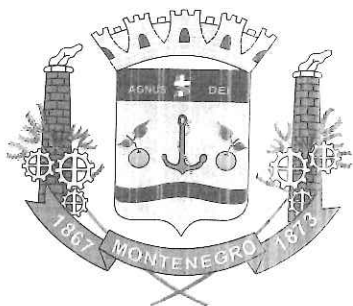
  
RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

  
ERITON CEZER DA SILVA DE AZEREDO  
Fiscal técnico

  
JUNIOR MACHADO ME  
Triunfo - RS

  
REGINA JOSIANE BORN  
Chefe de Serviço Assistência ao Educando

"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"  
Montenegro Cidade das Artes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ofício nº 63/2019/SMEC

Montenegro, 12 de março de 2019.

ASSUNTO: Irregularidades constatadas

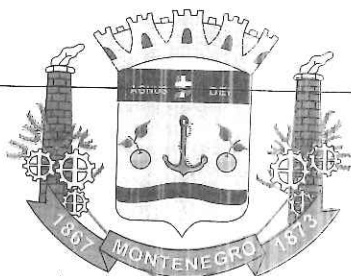
Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo, dou-lhe ciência de irregularidades constatadas durante a vistoria realizada nos veículos e documentos no dia 07.03.2019 no Parque Centenário, conforme descrito abaixo:

Carro	Inconformidades	Condutor	Pendências condutores
ISM 5805	Detran /câmera/laudo VM	Everaldo Diemer Souza	OK
CVP 2572	Detran/seguros /câmera/ laudo VM/ para choque dianteiro/cintos 7ª e 11ª fila	Fernanda Santos Pereira	OK
IOX 4622	Câmara / laudo VM/ pneu recapado (trocar)	Vanderli Lopes Oliveira	OK
MQR 5912	Detran/câmera/ laudo VM/ /04 pneus traseiros	Ivo Sebastião Pinto	OK
DBC 7177	Detran/seguros/câmera/laudo VM	Adão J Silva	OK
MQR 5913	Detran/câmera/laudo VM	Paulo R S Costa	OK
KND 3700	Câmera/fixação bancos diversos/ laudo VM	Rafael Bozzetto	OK
DBC 7115	Seguros/ câmera/ laudo VM	João S D Sarmento	OK
CPN 3244	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmera /laudo VM	Josiel Alan Azevedo	OK
LOX 5D76	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmera /laudo VM	Maria Juliana Appel	OK
LOE 1B99	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmera /fixação bancos diversos/laudo VM	Paulo Cesar Batista	OK
LOX 5D89	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmera /laudo VM	Antonio C. Oliveira	OK
LNP 9728	CRV/CRLV/VM/Detran/seguros/ câmera/Limp. Para-brisa/laudo VM	Valdir L Oliveira	OK

"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"  
Montenegro Cidade das Artes





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

IOQ 5856	CRV/ERLV/VM/Detran/seguros/ câmera/laudo VM	Valmir da Silva	OK
DBC 7165	Detran/seguros/câmera	Jair K. Fortes	BA/FC/NM/CN H/CURSO

Desta forma, conforme orientação da PGM, solicitamos que sejam prestados esclarecimentos da situação descrita acima com urgência, para que possamos repassar a informação ao setor municipal competente. Solicitamos a conferência dos condutores para que os mesmos sejam alocados nos veículos com os quais trafegam diariamente.

No aguardo de providências.

Atenciosamente,

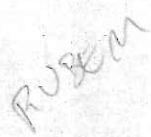
RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

ERITON CEZER DA SILVA DE AZEREDO  
Fiscal técnico

REGINA JOSIANE BORN  
Chefe de Serviço Assistência ao Educando

À  12/02/79  
ALDITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA  
Sabrina Schüler de Oliveira Alves  
Portão-RS

"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"  
Montenegro Cidade das Artes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

25 de Março de 2019

Assunto: PARECER

Assunto: PARECER  
PARECER REFERENTE AO OFÍCIO 61/2019 ENVIADO À EMPRESA MIX SERVIDE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA NO DIA  
2/03/2019, APOÍS VISTORIA REALIZADA NOS SEUS VEÍCULOS - CI 208/2019.

[illegible]

01  
2

PREFEITURA MUN. MONTENEGRO  
PROCESSO Nº 2323/19  
DATA: 25/03/19

CI nº 208/2019  
DATA: 22 de março de 2019.  
DE: SMEC - SAE  
PARA: PGM  
Assunto: Ofício nº 61/2019.

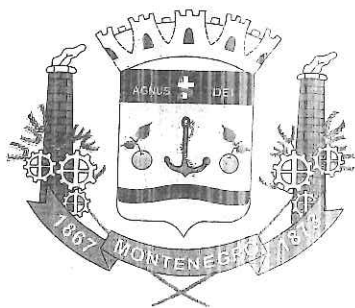
Senhor Procurador:

Encaminhamos em anexo, para sua apreciação, o Ofício nº 61/2019 enviado a Empresa MIX SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA em 12 de março de 2019, após vistoria realizada nos seus veículos; bem como a resposta ao ofício acima citado e posicionamento do Departamento de Trânsito.

Para parecer e considerações necessárias.

Atenciosamente,

  
RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ofício nº 61/2019/SMEC

Montenegro, 12 de março de 2019.

ASSUNTO: Irregularidades constatadas

Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo, dou-lhe ciência de irregularidades constatadas durante a vistoria realizada nos veículos e documentos no dia 07.03.2019 no Parque Centenário, conforme descrito abaixo:

Carro	Inconformidades	Condutor	Pendências condutores
LOX 5390	VM / DETRAN/ seguros/ bancos danificados/cintos com problemas	Valdair L. Oliveira	OK
LNW 0970	VM / DETRAN/ seguros/faixa escolar/ 04 pneus traseiros/bancos danificados/cintos com problemas	Anselmo da Motta	OK

Desta forma, conforme orientação da PGM, solicitamos que sejam prestados esclarecimentos da situação descrita acima com urgência, para que possamos repassar a informação ao setor municipal competente. Solicitamos a conferência dos condutores para que os mesmos sejam alocados nos veículos com os quais trafegam diariamente. No aguardo de providências.

Atenciosamente,

RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

ERITON CEZER DA SILVA DE AZEREDO  
Fiscal técnico

À   
MIX SERVICE COM.SERVS.LTDA  
Montenegro - RS

REGINA JOSIANE BORN  
Chefe de Serviço Assistência ao Educando

12/3/2019  
"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"  
Montenegro Cidade das Artes

03  
2

À

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SMEC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

**Ref.: Esclarecimentos de Irregularidades Constatadas em Fiscalização da Frota do TE**

Em atenção ao Ofício nº 61/2019/SMEC, vimos por meio deste, fornecer os esclarecimentos solicitados com relação as irregularidades apontadas em Vistoria realizada por Servidores da Administração nos veículos do Transporte Escolar utilizados pela empresa Mix Service Comércio e Serviços Ltda ME, sob contrato de Prestação de Serviço nº 018022019, ocorrida no dia 07/3/2019, placas LOX 5390 e LNW 0970, como segue:

- Com relação às irregularidades apontadas acerca da VM, DETRAN e Seguros dos veículos estas foram atendidas e apresentadas gradativamente ao DTT com a respectiva liquidação das mesmas às 11:40 do dia 19/3/2019;
- Com relação aos demais apontamentos vimos informar que os veículos foram vistoriados em Órgãos acreditados pelo INMETRO(anexos) assim como vistoriados pelo DETRAN e que nenhuma das irregularidades apontadas foi constatada(constata-se que o veículo de placas LNW 0970 foi reprovado inicialmente por problemas no sistema de frenagem havendo a necessidade de manutenção do mesmo para a obtenção do respectivo Laudo de Inspeção, o que dá credibilidade ao órgão de inspeção), uma vez que estes são os órgãos competentes para a realização das respectivas Vistorias, conforme citação em art. 11, § 1º, Decreto nº 5.161/2009(Regulamento do Transporte Escolar). Surpreende-nos o fato de que não existe um defeito sequer nos bancos do veículo placas LOX 5390 e que, ainda assim, foram apontadas tais irregularidades, pois foram gastos R\$ 1.180,00 somente em consertos de bancos assim como a instalação de 12 cintos de segurança no referido veículo antes da realização da vistoria. De toda feita, não houve constatação nas Inspeções Técnicas do INMETRO e Vistorias do DETRAN acerca das irregularidades apontadas por servidores da Administração, o que dá como conclusivo a solução dos apontamentos;
- Com relação aos Condutores os mesmos estão a serviço da empresa sendo, previamente, descartado toda e qualquer alocação para veículo específico, pois os mesmos estão habilitados ao Transporte de Escolares e em havendo a necessidade em quaisquer do(s) Lote(s) contratados pela empresa os mesmos haverão de serem direcionados para o atendimento da mesma.

Esperando ter efetuado os devidos esclarecimentos, firmamo-nos.

Montenegro/RS, 20 de março de 2019.

**05.318.945/0001-70**  
**MIX SERVICE COMÉRCIO E**  
**SERVIÇOS LTDA.**  
Rua: Nossa Senhora da Conceição  
Nº: 307 e 311  
B: Centro - CEP: 93.220-270  
**SAPUCAIA DO SUL - RS**

  
Mix Service Comércio e Serviços Ltda ME





**CENTEC**

## Relatório de Não Conformidades

Data:

08, 03, 19

FORM-TEC-011

REV. 01

N.º 03:

14928

IDENTIFICACION CLIENTE

NAME: ALTAIR ANTONIO GABEA -MEX

## IDENTIFICACAO DO TRA VEICULO

PLACA: 1 NW 0370

## IDENTIFICACAO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO

ESCOPO:

PORTARIA APLICAVEL: ESCOLA

PT APLICAVEL

DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES

1. The first part of the document is a letter from the Secretary of the State to the President, dated 18th March 1894. It contains a report on the progress of the work of the State during the year 1893. The letter is signed by the Secretary, and is addressed to the President.

**Observação:** O Proprietário/conducutor (cliente) do veículo, objeto da inspeção, tem o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data da inspeção, para retornar o veículo com as ações corretivas implementadas para REINSPEÇÃO, sem implicar na abertura de um novo processo. Caso o proprietário/conducutor do veículo não cumpra o prazo estabelecido ou a ação implementada não corrija a não conformidade, o processo será encerrado (concluído).

Declaro ter recebido o veículo nas mesmas condições que as descritas na Inspeção de Recebimento.

Assinatura do cliente


Inspector:

## REINSPEÇÃO

O veículo em questão foi REINSPECIONADO no dia 17/08/2017, apresentando as ações corretivas implementadas, estando em condições de segurança e trafegabilidade.

Aprovação do Inspetor:

05

 <b>CENTEC</b>	<b>Relatório de Não Conformidades</b>		Data: <u>08, 03, 19</u>
	FORM-TEC-011	REV. 01	N.º OS: <u>14538</u>
<b>IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE</b>			
NOME: <u>ALTAIR SANTO LULA - ME</u>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA (VEÍCULO)</b>			
PLACA: <u>LMW-0379</u>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO</b>			
ESCOPO:			
PORTARIA APLICAVEL: <u>EXCULOR</u>			
PT APLICAVEL:			
<b>DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES</b>			
a) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
b) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
c) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
d) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
e) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
f) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
g) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
h) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
i) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
j) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
k) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
l) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
m) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
n) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
o) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
p) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
q) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
r) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
s) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
t) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
u) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
v) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
w) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
x) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
y) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
z) Verificação da documentação do veículo e do processo de inspeção, não sendo encontrada a documentação necessária para a emissão do laudo.			
Observação: O Proprietário/conductor (cliente) do veículo, objeto da inspeção, tem o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data da inspeção, para retornar o veículo com as ações corretivas implementadas para REINSPEÇÃO, sem implicar na abertura de um novo processo. Caso o proprietário/conductor do veículo não cumpra o prazo estabelecido ou a ação implementada não corrija a não conformidade, o processo será encerrado (concluído).			
Declaro ter recebido o veículo nas mesmas condições que as descritas na Inspeção de Recebimento.			
Assinatura do cliente: _____		Inspetor: _____	
<b>REINSPEÇÃO</b>			
O veículo em questão foi REINSPECIONADO no dia <u>  /  /  </u> , apresentando as ações corretivas implementadas, estando em condições de segurança e trafegabilidade.			
Aprovação do Inspetor: _____			





06  
a

	<b>CENTEC - Centro Téc. de Insp. Veicular</b> Ltda - OI 0197 - ITL 062 05.741.464/0001-72 Rua Waldemar Ely, 171 Florestal Cep: 95900-000 Lajeado / RS Fone: (51) 3707-0753	
--	---	--

**CERTIFICADO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR - N.º 014928/2019**


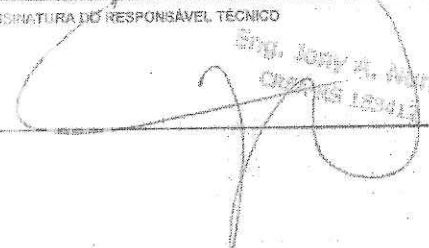
<b>PROPRIETÁRIO</b>			
1. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO ALTAIR ANTONIO BAREA - ME		2. CNPJ/CPF 17.812.335/0001-63	
3. ENDEREÇO CONFORME RESOLUÇÃO DO CONTRAN NÚMERO 310 DE 2009, NI -			
4. MUNICÍPIO CIRIACO	5. UF RS	6. CEP 00000-000	7. TELEFONE/CELULAR NI
<b>VEÍCULO</b>			
8. RENAVAM 00777557819		9. PLACA LNU0970	10. NÚMERO DO CHASSI 9BM6882762B293591
11. ESPECÍFICO PASSAGEIRO / ONIBUS	12. CARROÇARIA NENHUMA	13. MARCA/MODELO/VERSÃO M.BENZ/NEOBUS THUNDER LO	
14. ANO/FAB/MODELO 2002/2002	15. COR BRANCA	16. COMBUSTÍVEL DIESEL	17. POTÊNCIA (cv) / CILINDRADAS 0
18. TARA 5.17	19. PBT ND(T)	20. ULTIM ND(T)	21. LOTACÃO (L e/ou T) 28/0
22. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA  NBR 14040 - ABNT LEI 9503/97 (CTB) ARTIGO 136		23. OBSERVAÇÕES PARECER TÉCNICO ESCOLAR CONFORME ARTIGO 136 DO CTB, NBR 14040 E RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 504/2014. Os sistemas de freio deste veículo foram inspecionados considerando sua massa em ordem de marcha.	

24. FOTOGRAFIAS	
	

25. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO DO CHASSI 9BM6882762B293591	
--	--

26. LOCAL	27. DATA DE INSPEÇÃO 11/03/2019	28. DATA DE EMISSÃO 11/03/2019	29. DATA DE VALIDADE 11/09/2019
-----------	------------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------

**Aprovado**

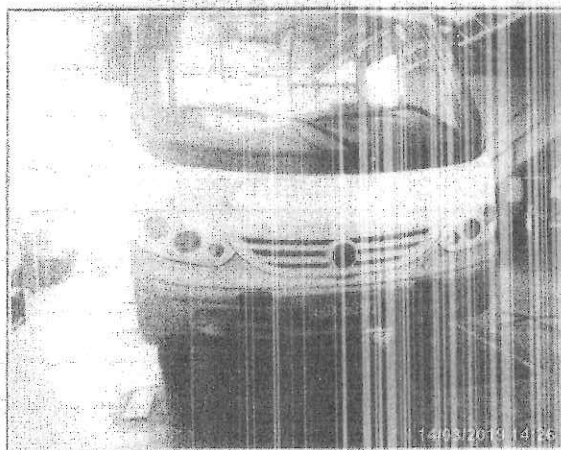
Declaram que o veículo acima se encontra em adequadas condições de manutenção, segurança e conservação de suas características técnicas na forma exigida pelo CTB, Lei federal nº 9503/97, estando esta empresa isenta das penalidades a que está sujeita por inobservância da referida Lei. O período de validade deste CERTIFICADO não ATTESTA que o veículo esteja nas condições de segurança, quando da data da inspeção, ou seja, o estado de segurança do veículo evidenciado quando da inspeção não tem validade após saída do veículo da área de inspeção, sendo que este prazo é apenas para controle da empresa ou poder concedente.	
30. ASSINATURA DO INSPECTOR 	31. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO  Eng. Jony A. Mendes CRM 150.111

	<b>CENTEC - Centro Téc. de Insp. Veicular</b> Ltda - OI 0197 - ITL 062 05.741.464/0001-72 Rua Waldemar Ely, 171 Florestal Cep: 95900-000 Lajeado / RS Fone: (51) 3707-0753	


### CERTIFICADO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR - N.º 014936/2019

1) PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO <b>RIEWE TRANSPORTES E TURISMO LTDA</b>		2) CNPJ/CPF <b>03.055.136/0001-97</b>	
3) ENDEREÇO <b>CONFORME RESOLUÇÃO DO CONTRAN NÚMERO 310 DE 2009, NI -</b>			
4) MUNICÍPIO <b>NI</b>	5) UF <b>--</b>	6) CEP <b>00000-000</b>	7) TELEFONE CELULAR <b>NI</b>
8) RENAVAM <b>00814361854</b>		9) PLACA <b>LOX5390</b>	10) NÚMERO DO CHASSI <b>93MC322763B351969</b>
11) ESPÉCIE/TIPO <b>PASSEIRO / ONIBUS</b>	12) CARROÇARIA <b>NENHUMA</b>	13) MARCA/MODELO/VERSÃO <b>M.BENZ/NEOBUS THUNDER LO/</b>	
14) ANO FABR/MODELO <b>2003/2003</b>	15) COR <b>BRANCA</b>	16) COMBUSTÍVEL <b>DIESEL</b>	17) POTÊNCIA (cv) / CILINDRADAS <b>136</b>
18) TARA <b>6.00</b>	19) PBT <b>8.50(T)</b>	20) EMT <b>ND(T)</b>	21) LOTAÇÃO (L. ou T) <b>31/2,5</b>
22) DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA  <b>NBR 14040 - ABNT LEI 9503/97 (CTB) ARTIGO 136</b>		23) OBSERVAÇÕES <b>PARÊCER TÉCNICO ESCOLAR CONFORME ARTIGO 136 DO CTB, NBR 14040 E RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 304/2014. Os sistemas de freio deste veículo foram inspecionados considerando sua massa em ordem de marcha.</b>	

#### FOTOGRAFIAS



93MC322763B351969 DA NUMERAÇÃO DO CHASSI

24) LOCAL	25) DATA DE INSPEÇÃO <b>14/03/2019</b>	26) DATA DE EMISSÃO <b>14/03/2019</b>	27) DATA DE VALIDADE <b>14/09/2019</b>
<b>Aprovado</b>			
Declara que o veículo acima se encontra em adequadas condições de manutenção, segurança e conservação de suas características técnicas na forma exigida pelo CTB, Lei federal nº 9503/97, estando esta empresa isenta das penalidades a que esta sujeita por inobservância da referida Lei. O período de validade deste CERTIFICADO não ATESTA que o veículo esteja nas condições de segurança, quando da data da inspeção, ou seja, o estado de segurança do veículo evidenciado quando da inspeção não tem validade após a data do veículo da data de inspeção, sendo que este prazo é apenas para controle da empresa ou poder concedente.			
28) ASSINATURA DO INSPECTOR		29) ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	
			

## Regina Born - SMEC Transporte Escolar

**De:** Transito <transito@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** quinta-feira, 21 de março de 2019 16:47  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'  
**Assunto:** RES: Relação veículos x motoristas Transporte escolar

Olá!

Situação plenamente regular da empresa referida em relação aos documentos.

Att

Fábio Silva de Araújo

Agente Fiscal / SMOP-DTT



---

**De:** smec.transporte.escolar [mailto:smec.transporte.escolar@montenegro.rs.gov.br]  
**Enviada em:** quinta-feira, 21 de março de 2019 16:25  
**Para:** transito@montenegro.rs.gov.br  
**Assunto:** RES: Relação veículos x motoristas Transporte escolar

Boa tarde Fabio !

As informações repassadas pela empresa Mix conferem ? A empresa está habilitada junto ao DTT em relação a documentação dos veículos e condutores ?

No aguardo.

Att.

**Regina Josiane Born – Chefe do Serviço de Assistência ao Educando**

Prefeitura Municipal de Montenegro/RS  
CNPJ 90.895.905/0001-60  
Rua São João, Bairro Centro, 1301  
☎Telefone: 55 51 3632 2713



**De:** Altair Reinaldo [mailto:mix.transporte@hotmail.com]  
**Enviada em:** quinta-feira, 21 de março de 2019 01:48  
**Para:** smec.transporte.escolar <smec.transporte.escolar@montenegro.rs.gov.br>; transito@montenegro.rs.gov.br  
**Assunto:** ENC: Relação veículos x motoristas Transporte escolar

Boa noite,

Segue em anexo Esclarecimentos acerca de Ofício nº 61/2019. A documentação dos veículos e condutores foi entregue ao DTT.

**Veículos:**

Placa: LNW 0970  
Ano: 2002/2002  
Chassi: 9BM6882762B293591  
Lotação: 26 lugares

Placa: LOX 5390  
Ano: 2003/2003  
Chassi: 9BM6882763B351969  
Lotação: 31 lugares

**Condutores:**

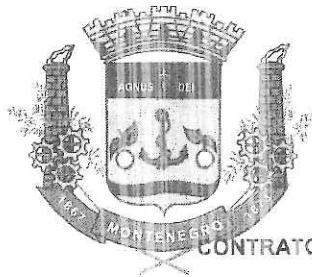
Nome: Valdair Lopes de Oliveira  
Nome: Anselmo da Motta

A documentação original do esclarecimento com os xerox será entregue na Secretaria oportunadamente.

Att,  
Altair Reinaldo  
Mix Service Ltda

---

09  
dt



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Procuradoria - Geral

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 018022019

O **MUNICÍPIO DE MONTENEGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Pessoa, 1363, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n.º 90.895.905/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CARLOS EDUARDO MÜLLER, aqui denominada Contratante, e **MIX SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, com endereço na Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 307, complemento 311, Bairro Centro, Sapucaia do Sul, RS, inscrita no CNPJ n.º 05.318.945/0001-70, aqui denominada Contratado, neste ato representado pelo Sr. Altair Flores Reinaldo, tem entre si acordado na melhor forma de direito, o presente contrato, mediante as seguintes condições:

**OBJETO:** Contratação de serviço de Transporte Escolar para atender aos alunos matriculados na Rede Municipal e Estadual de Ensino no território do Município para o ano letivo 2019, conforme descrito no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

1ª) O presente contrato vincula-se às determinações da Lei n.º 8.666/93 e alterações que se regerá pelas disposições da legislação Federal, Estadual e Municipal, Lei Municipal n.º 5071/2019 e Decretos Municipais n.º 5161/2009, 5373/2010, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018, em todos os seus termos, a qual será aplicada também onde o contrato for omissivo ficando vinculado ao processo n.º 946/2019.

2ª) O Contratado se compromete expressamente a prestar o serviço objeto do presente contrato, nas condições e especificações descritas no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

3ª) O Contratado, proprietário ou cessionário do veículo Pas/Ônibus, ano 2002, placa LNW 0970, chassi 9BM6882762B293591; Pas/Ônibus, ano 2003, placa LOX 5390, chassi 9BM6882763B351969, deverá estar devidamente licenciado para o transporte escolar segundo exigências constantes na Lei Municipal n.º 5071/2009 e Decretos Municipais n.º 5161/2009, 5373/2010, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018 e demais legislações pertinentes.

4ª) O Contratado se compromete a realizar o transporte escolar da **E.M.E.F. Carolina Augusta Brochier Kochenborger – Bom Jardim** com horário de funcionamento das 7h45min às 11h45min, **E.M.E.F. Militão José de Azeredo – Serra Velha** com horário de funcionamento das 7h15min às 11h15min, **E.M.E.F. Jacob Haubert – Sobrado** com horário de funcionamento das 13h30min às 17h30min, nos dias letivos, com previsão de sábados e feriados considerados letivos, conforme Calendário Escolar.

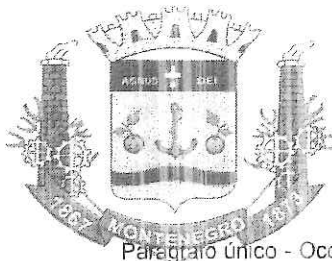
5ª) O preço a ser pago pelo Contratante ao Contratado para o LOTE 04 no valor de R\$ 5,99 (cinco reais e noventa e nove centavos) para 187 quilômetros (KM) rodados com alunos, totalizando R\$ 1.120,13 (um mil, cento e vinte reais e treze centavos)/dia, pagamento mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal, ou Duplicata. Os valores somente serão reajustados em conformidade com o Artigo 65, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará o contratado com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

6ª) A nota fiscal/fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, número do Contrato de Prestação de Serviços, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7ª) Para a liberação dos pagamentos dos serviços executados, o Contratado deverá apresentar, cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e FGTS, cópia da GEFIP e da Folha de Pagamento do quadro dos funcionários que executaram os serviços, nos termos da Lei Municipal n.º 3872/03, bem como, os atestados (conforme modelo a ser fornecido pela SMEC).





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Procuradoria Geral

Parágrafo Único - Ocorrendo a demissão de empregado, o Contratado deverá obrigatoriamente apresentar a cópia da rescisão do Contrato de Trabalho, inclusive a cópia da quitação da guia rescisória do FGTS.

8ª) O pagamento não isentará o Contratado das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

9ª) O Município de Montenegro não se transforma em devedor solidário ou subsidiário perante credores do contratado, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e dívidas pessoais do contratado, resultantes da execução do contrato.

10) Fica sob inteira responsabilidade do contratado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se transferindo à Administração Pública, em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo seu pagamento, nos termos do artigo 71, da Lei 8.666/93 e alterações.

11) Responsabiliza-se ainda o Contratado, por todas as dívidas que se originarem de operações necessárias à execução do presente contrato, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos e dívidas pessoais da mesma.

12) O contratado assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha, dolosa ou culposamente, acarretar ao Município e/ou a terceiros, quando da prestação do serviço.

13) O contratado deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ele assumidas, e todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

14) Constituem obrigações do Contratado:

- a) manter os veículos com manutenção mecânica preventiva e licenciamentos atualizados.
- b) utilizar os veículos que atendam plenamente ao disposto no art. 3º da Resolução nº 254/2007 do CONTRAN com relação à instalação do insulfilme.
- c) ter capacidade mínima de 25 passageiros para o transporte de alunos (incluindo o condutor).
- d) estar segurado com cobertura total para qualquer tipo de sinistro, seguros APP (acidentes pessoais por passageiros) e RC (responsabilidade civil – danos materiais e civis).
- e) utilizar veículos com idade de fabricação inferior a 18 anos que atendam plenamente ao disposto no Art. 136, incisos III e VII do Código Brasileiro de Trânsito.
- f) dispor de equipamento registrador instantâneo, inalterável de velocidade e tempo (TACÓGRAFO), devendo manter os discos de tacógrafos arquivados na Empresa Contratada, para fiscalização a qualquer tempo.
- g) manter, no veículo, boas condições de higiene, segurança, e conforto, bem assim na mecânica, na instalação elétrica e estética, inclusive na traseira e lateral de sua carroceria, em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada ou adesivada a meia altura, nos quais se inscreverá o Dístico "Escolar", em preto, sendo que em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicativas deverão ser invertidas.
- h) permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária e às instalações utilizadas como apoio aos serviços prestados;
- i) cumprir horários e itinerários fixados pelo Município, conforme descrito no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar. As modificações ocorrerão a



12/

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Procuradoria Geral

qualquer tempo, de acordo com a necessidade identificada pela SMEC, que fará a comunicação à contratada por escrito.

j) substituir o veículo quando alcançar a vida útil de 18 (dezoito) anos para ônibus.

j.1) Conforme Decreto Municipal nº 7.621/18, a vida útil do veículo escolar é fixada em:

I) **12 (doze) anos para micro-ônibus** com capacidade até 15 (quinze) pessoas (incluindo o condutor);

II) **15 (quinze) anos para micro-ônibus** com capacidade superior a 15 (quinze) pessoas (incluindo o condutor);

III) **18 (dezoito) anos para ônibus** contados do ano de sua fabricação.

j.2) Conforme Decreto Municipal nº 7.621/18, a periodicidade do item anterior se dará nos seguintes prazos:

I) Micro-ônibus (0 a 12 anos de idade) 180 em 180 dias;

II) Micro-ônibus (acima de 12 até 15 anos de idade) e capacidade superior a 15 lugares, 120 em 120 dias;

III) Ônibus (0 a 15 anos de idade) 180 em 180 dias;

IV) Ônibus (acima de 15 até 18 anos de idade) 120 em 120 dias;

k) não substituir nenhum veículo sem a expressa autorização prévia do Departamento de Transporte e Trânsito municipal, que avaliará sua documentação, inspeção veicular e se as suas especificações são rigorosamente as mesmas do objeto contratado; com a anuência do fiscal técnico do contrato.

l) não transportar passageiros outros que não sejam estudantes **salvo acompanhantes para assistência dos alunos quando comprovada a necessidade**, a critério da SMEC.

m) o número de passageiros a serem transportados por veículos não poderá ser superior ao número especificado no Certificado de Propriedade do veículo.

n) cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do CONTRAN, e o regramento legal de trânsito e transportes das demais esferas pertinentes.

o) Ao contratado, é vedado confiar veículo a motorista que não possua vínculo empregatício com ele, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária.

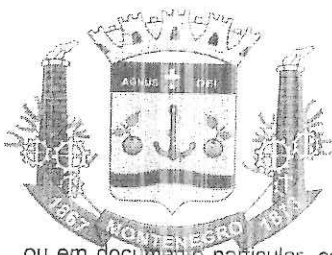
p) realizar inspeção para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, além das condições mecânicas, elétricas, pneus e latarias, nos termos especificados pelos Decretos Municipais nº 5161/2009, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018. Poderá ser exigida nova inspeção há qualquer tempo, havendo fundada suspeita de avaria.

q) manter os veículos limpos interna (banco, cinto de segurança, corredor e banheiro; caso houver) e externamente (em toda a extensão da sua carroceria), com boas condições de segurança e conforto para receber os alunos.

r) responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção do respeito e cortesia no relacionamento com os beneficiários do serviço e com os servidores da Prefeitura Municipal de Montenegro.

15) O contratado, poderá ter seus veículos constando registrados em nome de terceiros perante o órgão de trânsito competente, porém deverá apresentar, conjuntamente com o CRV ou com a Nota Fiscal, Instrumento de Cessão ou outro instrumento de natureza contratual similar, lavrado por escritura pública





13

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Procuradoria Geral

ou em documento particular, com reconhecimento de firma; onde fique demonstrado inequivocamente que o veículo será usado pela empresa com exclusividade durante o período do contrato, constando ainda declaração do cedente, doador, locatário, comodatário ou alienante de que estará se responsabilizando solidariamente em caso de sinistros causados pelo veículo; Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do ano em curso, comprovando atenção ao artigo 130 do Código de Trânsito de Brasileiro.

16) Não será permitido o acréscimo de quilometragem do percurso determinado pela SMEC, seja ela por conveniência dos transportadores, ou alteração do início determinado pelo contratante, salvo autorização por escrito.

17) O número de veículos contratados deverá ser respeitado rigorosamente, sendo vetado qualquer tipo de otimização por parte das empresas.

18) Cabe ao contratado responder integral e incondicionalmente por todos os danos de qualquer natureza que venham a sofrer os beneficiários do serviço e seus empregados, em razão de acidentes ou de ação, de omissão, dolosa ou culposa, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

19) O prazo do presente contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias a contar de 20/02/2019, podendo ser prorrogado até o limite legal, ou até a assinatura do contrato decorrente de procedimento licitatório, o que vier primeiro.

20) A fiscalização administrativa da execução do contrato, ficará a cargo da servidora Dariane Becker Peixoto e a fiscalização técnica, ficará a cargo do servidor Eriton Cezer da Silva Azeredo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que terão registro próprio das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21) O presente instrumento passa a ter validade a partir da assinatura do contrato.

22) O descumprimento de qualquer cláusula ora ajustada por parte do Contratado ensejará a rescisão de pleno direito, garantida a prévia defesa, podendo sofrer ele as penalidades seguintes:

- a) advertência - na primeira vez que o fato ocorrer;
- b) multa - de 02 a 10% do valor contratado, conforme a discricionariedade do Município.
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

23) Além de outros previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, em especial constituem motivos para a rescisão do contrato, por ato unilateral do Município:

- a) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) A lentidão no cumprimento do contrato.
- c) O atraso no início da prestação do serviço.
- d) A paralisação total ou parcial do serviço.
- e) A subcontratação parcial ou total do serviço.
- f) O desatendimento das determinações da Fiscalização do Município.
- g) O cometimento reiterado de faltas.
- h) As multas serão descontadas dos pagamentos, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- i) Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à Contratada, a pena de suspensão do direito de licitar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em função da gravidade da falta cometida.

24) Fica estabelecido, no entanto, de comum acordo entre as partes Contratantes que cabe ao Contratante o direito de rescindir de pleno direito o presente contrato, a qualquer tempo, independentemente do procedimento judicial, sem que lhe seja exigível, por este motivo, indenização ou ressarcimento de qualquer espécie, nos seguintes casos:



14

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Procuradoria Geral

- a) quando for evidenciada a incapacidade técnica do Contratado;
- b) se o Contratado cair em insolvência, ou vier a falir;
- c) se o Contratado transferir/sub-contratar o contrato a terceiros, sem expressa autorização do Contratante;
- d) se o Contratado deixar de iniciar o serviço no prazo que lhe for determinado ou interrompê-lo sem justo motivo devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;
- e) quando as multas, por descumprimento do prazo, atingirem o montante investido pela empresa.

25) O contratado deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ele assumidas, e todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

26) As despesas decorrentes da presente contratação, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

09.06.12.361.0058.2913.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 649;

09.06.12.361.0058.2921.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 653.

27) O Contratado declara reconhecer os direitos do Contratante em efetivar a rescisão nas condições a que se refere o disposto nos artigos 78, 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

28) As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Montenegro/RS, para dirimir dúvidas emergentes do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, com as testemunhas abaixo.

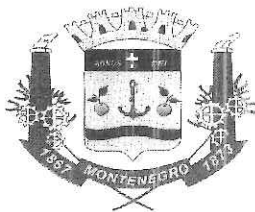
Montenegro, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS EDUARDO MULLER  
Prefeito Municipal.

*Altair José Pinheiro*  
MIX SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,  
Contratado.

Testemunhas:

*Amador José Moreira*  
*Francisco Carlos de Oliveira*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Procuradoria-Geral do Município*

**ENCAMINHAMENTO**

DATA : 9 de maio de 2019  
DE : Procuradoria-Geral do Município  
PARA : Gabinete do Prefeito  
PROCESSO : 2323/2019  
ASSUNTO : Contrato de Prestação de Serviços nº 018022019

Exmo. Senhor Prefeito Municipal,

Trata-se de questionamentos encetados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura acerca do Ofício nº 61/2019/SMEC enviado à Empresa Mix Service Comércio e Serviços Ltda, quanto a irregularidade ocorrida durante a prestação de serviço de transporte escolar.

Segundo relato, foi informada irregularidade na prestação de serviço de transporte escolar quando em vistoria realizada nos veículos no dia 7 de março de 2019, no Parque Centenário. O veículo placa LOX 5390 apresentou inconformidade de VM / DETRAN / seguros / bancos danificados / cintos com problemas e o veículo placa LNW 0970 apresentou inconformidade de VM / DETRAN / seguros / faixa escolar / 04 pneus traseiros / bancos danificados / cintos com problemas, fl. 02.

A empresa responde ao ofício, fl. 03, informando que em relação as irregularidades apontadas acerca da VM, DETRAN e Seguros dos veículos, essas foram atendidas e apresentadas ao Departamento de Transporte e Trânsito, nessa senda, o Agente Fiscal Sr. Fábio Silva de Araujo informa, em fl. 08, que em relação aos documentos a situação da empresa está plenamente regular. Outrossim, a empresa alega que os veículos foram vistoriados em órgãos acreditados pelo INMETRO e vistoriados pelo DETRAN, que não constataram irregularidades, bem como despendeu recursos para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Procuradoria-Geral do Município*

16/

conserto de bancos e instalação de cintos de segurança. Além disso, informa que seus condutores estão habilitados ao transporte escolar e podem ser alocados em quaisquer dos lotes, conforme necessidade.

É o breve relato.

Vieram os autos à Procuradoria-Geral do Município.

#### DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Primeiramente, cumpre salientar que o edital é a lei interna da licitação, ficando subordinado ao mesmo, tanto a Administração Pública quanto os concorrentes, em obediência ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Editalício.

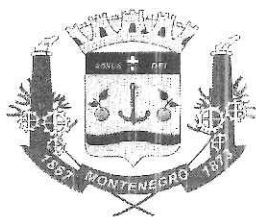
As cláusulas do edital são lei interna da licitação, não podendo ser descumpridas nem mesmo por acordo de vontade dos participantes sob pena de incorrer em ato ilegal, viciado.

Ora, por força do princípio da vinculação ao edital, não pode a Administração, de forma discricionária, descumprir as normas estipuladas no ato convocatório, tampouco é lícito ao particular desatender às exigências nele previstas.

Nessa senda, ressalta-se que a empresa em questão era sabedora com antecedência dos exatos termos do edital. Verifica-se no artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93: "A administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada".

O transporte escolar, ação muito relevante ao ente relevante ao ente municipal, se traduz num direito do aluno, nos termos do artigo 4º, inciso VIII, da Lei nº 9.394/1996:

*[Handwritten signature]*



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO*  
*Procuradoria-Geral do Município*

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Nesse sentido, a atuação do Estado está caracterizada no § 3º, artigo 216, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 216. Todo estabelecimento escolar a ser criado na zona urbana deverá ministrar ensino fundamental completo.

[...]

§ 3.º O Estado, em cooperação com os Municípios, desenvolverá programas de transporte escolar que assegurem os recursos financeiros indispensáveis para garantir o acesso de todos os alunos à escola.

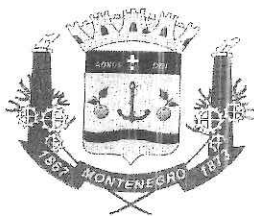
Igualmente, a Carta Magna de 1988, em seu artigo 208, inciso VII, estabelece:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Dessa análise, confirmada pela administração a irregularidade na prestação de serviço de transporte escolar quando em vistoria realizada nos veículos no dia 7 de março de 2019, no Parque Centenário, sendo que o veículo placa LOX 5390 apresentou inconformidade de VM / DETRAN / seguros / bancos danificados / cintos com problemas e o veículo placa LNW 0970 apresentou inconformidade de VM / DETRAN / seguros / faixa escolar / 04 pneus traseiros / bancos danificados / cintos com problemas, fato que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Procuradoria-Geral do Município

Página 4 de 4

18/

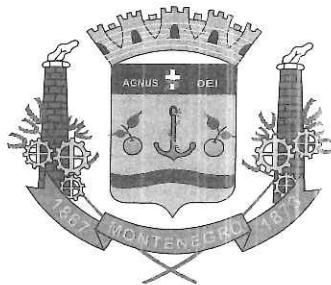
é gravíssimo, porquanto expôs os discentes a riscos, sem mencionar o descumprimento contratual, agir que deve ser repugnado pelo ente municipal, devendo a penalidade ter dupla finalidade uma punitiva e outra pedagógica, razão pela qual frente aos valores postos em risco, opinamos seja aplicada a pena de advertência, por não ser reincidente o transportador e a multa de 2% do valor do contrato por descumprimento a ser calculada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

É o parecer "sub censura".

RUBEM TOMASI  
Assessor Jurídico  
OAB/RS 108.171

De acordo com  
Parecer de  
P6M  
CARLOS EDUARDO MÜLLER  
PREFEITO MUNICIPAL

13/05/13



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

*Gabinete do Prefeito*

*"Montenegro Cidade das Artes, Capital do Tanino e da Citricultura"*

**PORTARIA N.º 8.069 – DE 16 DE MAIO DE 2019.**

Aplica penalidade de  
advertência e multa.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, alínea g, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Administrativo n.º 2323/2019, e o que determina a Lei n.º 8666/93, torna público que foi aplicada à empresa **MIX SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ 05.318.945/0001-70, a **PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA E MULTA EQUIVALENTE A 2% DO VALOR DO CONTRATO, POR DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018022019.**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO, em 16 de maio de 2019.**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:  
Data Supra.

  
**VANDERBELI GRIEBELER,**  
Secretária-Geral.

  
**CARLOS EDUARDO MÜLLER,**  
Prefeito Municipal.



Ofício n.º 231/2019 - GP

Montenegro, 17 de maio de 2019.

Assunto: **Penalidade de Multa e Advertência.**

Prezados Senhores:

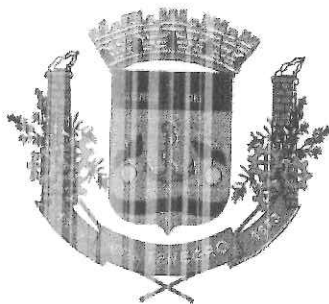
Ao cumprimentá-los, encaminhamos, em anexo, a Portaria n.º 8.069, de 16 de maio de 2019, que aplica penalidade de advertência e multa equivalente a 2% do valor do contrato, referente ao descumprimento do contrato de Prestação de Serviços n.º 018022019.

Atenciosamente,

  
Carlos Eduardo Müller,  
Prefeito Municipal.

A  
MIX SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.  
Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 307 e 311  
Bairro Centro  
Sapucaia do Sul – RS  
CEP 93.220-270

DESTINATÁRIO DO ENVIO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
MIX SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA			
ENDEREÇO / ADRESSE			
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 304 e 304, Centro			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITE	UF	PAÍS / PAYS
93220270	Capitão do Sul	RS	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
Of. 231/2019 GP - Penalidade de		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
Multa e Advecência		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	CARIMBO DE ENTREGA / LIMITE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
Xfora Silva		28/05/19	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
JOICE SILVEIRA			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
	JOICE SILVEIRA		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE À RETOUR DANS LE VERSO			



## ENCAMINHAMENTO

**DATA** : 05/06/2019  
**DE** : SG/GP  
**PARA** : PGM  
**PROCESSO** : GERAL 2323/2019  
**ASSUNTO** : PARECER MIX SERVICE

Senhor(a) Procurador(a):

Encaminhamos o presente expediente para lançamento do registro de penalidade junto ao sistema. Após, encaminhar para a SMF para cálculo e lançamento da multa.

Sem mais,

  
Vanderbeli Griebeler,  
Secretária-Geral.

[illegible]

PREFEITURA MUN. MONTENEGRO  
PROCESSO Nº 3155/2019  
DATA: 22/04/2019

CI nº 211/2019  
DATA: 22 de abril de 2019  
DE: SMEC - SAE  
PARA: PGM  
Assunto: Apontamentos DTT

Senhor Procurador:

Conforme e-mails em anexo e CI nº 32/2019 enviados pelo Departamento de Trânsito e Transporte, solicitamos um parecer dessa PGM a respeito dos questionamentos efetuados, em especial no e-mail do dia 17.04.2019.

Atenciosamente,



RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

## Regina Born - SMEC Transporte Escolar

De: Transporte Montenegro <transporte@montenegro.rs.gov.br>  
Enviado em: sexta-feira, 8 de março de 2019 10:22  
Para: 'smec.transporte.escolar'; SMEC Compras  
Assunto: Vistorias dia 07/03/2019

### Sinalizador de acompanhamento:

Flag for follow up

Colegas:

Segue singelo relatório referente às vistorias efetuadas junto aos transportadores escolares, ocorrida na tarde de ontem:

Foram vistoriadas as empresas / carros / condutores

Empresa	carro	Inconformidades	Condutor	pendências
Com. MIX	LOX 5390	VM / DETRAN/ seguros	Valdair L. Oliveira	OK
	LNW 0970	VM / DETRAN/ seguros/faixa esc./ 04 pneus traseiros	Anselmo da Motta	OK
JUNIOR	IMX 7358	T.cessão/seguros/câmara	Sidnei Schmitzhaus	BA/FC/NM/CNH/CURSO
	ILF 6529	T.cessão/seguros/porta PNE com avaria	Ademar F. Almeida	BA/FC/NM/CNH/CURSO
	INB 3511	DETRAN/seguros/câmara/limpador p.brisa	Rene M. Chagas	BA/FC/NM/CNH/CURSO
ALDITUR	ISM 5805	Detran / câmara	Everaldo Diemer Souza	OK
	CVP 2572	Detran / seguros / câmara/ p. choque diant./ cintos 7ª e 11ª fila	Fernanda Santos Pereira	OK
	IOX 4622	Câmara / pneu rec.(trocar)	Vanderli Lopes Oliveira	OK
	MQR 5912	Detran/câmara/04 pneus tras.	Ivo Sebastião Pinto	OK
	DBC 7177	Detran/seguros/câmara	Adão J Silva	OK
	MQR 5913	Detran/câmara	Paulo R S Costa	OK
	KND 3700	câmara/fixação bancos div.	Rafael Bozzetto	OK
	DBC 7115	Seguros/ câmara	João S D Sarmento	OK
	CPN 3244	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmara	Josiel Alan Azevedo	OK
	LOX 5D76	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmara	Maria Juliana Appel	OK

LOE 1B99	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmara/fixação bancos div.	Paulo Cesar Batista	OK
LOX 5D89	CRV/CRLV/Detran/seguros/câmara	Antonio C. Oliveira	OK
LNP 9728	CRV/CRLV/VM/Detran/seguros/câmara/Limp. Para.brisa	Valdir L Oliveira	OK
IOQ 5856	CRV/CRLV/VM/Detran/seguros/câmara	Valmir da Silva	OK
DBC 7165	Detran/seguros/câmara	Jair K. Fortes	BA/FC/NM/CNH/CURSO

Salvo engano, estas as minhas observações.

Att

Fábio Silva de Araújo

Agente Fiscal / SMOP-DTT





SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Departamento de Transportes e Trânsito

COMUNICAÇÃO INTERNA 32/2019

De: Departamento de Transportes e Trânsito  
Para: SMEC / Transporte Escolar  
Assunto: solicitação empresa "ALDITUR"  
Data: 26/03/2019

Colegas:

Na presente data, junto de diversas "autorizações do DETRAN", a empresa acima citada apresenta o documento em anexo.

Desta forma, consideradas as disposições do item 5.9 do Termo de Referência e clausula 14 "k" da Minuta de Contrato, ambos constantes do Edital para os serviços, encaminhado para conhecimento e parecer do fiscal técnico do contrato.

Saliento:

- 1 – os carros referidos foram "reprovados" na vistoria que realizamos em 07/03 (ambos não possuíam Câmara de visão traseira);
- 2 – na presente data só recebemos as Vistorias Mecânicas (a qual, respeitosamente, não mais reservamos qualquer fé, dado que ambas foram realizadas em 06/03, e, em 07/03 verificamos as irregularidades acima descritas) e as Autorizações do DETRAN (estas expedidas em 21 e 26/03/2019);
- 3 – falta (além da questão das irregularidades apontadas) a apresentação dos seguintes documentos: CRV / CRLV / Apólices de seguros;
- 4 – resta ainda verificar como se daria a "inclusão" dos carros citados (se em mera condição de "carros reservas" ou mediante alteração contratual –nesta "saindo" outros dois carros para a "entrada" dos carros referidos por Alditur nesta data)
- 5 – reitero a importância da vistoria pois trata-se de questão de segurança. Como que uma oficina dá laudo (assinado por engenheiro) atestando regularidade para o TE de um carro sem visibilidade traseira? Reafirmo manifestação já de vosso conhecimento, qual seja, a meu ver é necessária nova Vistoria em entidade diferente daquela anterior.

Sobre o tema, cumpre destacar, esta SMOP expediu o ofício 24/2019 em 11/03 do ano em curso, solicitando manifestação da Oficina que prestou o serviço para a empresa transportadora em tela.

Sem mais, neste momento

Atenciosamente

Fábio Silva de Araujo  
Agente Fiscal / DTT

"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"  
Montenegro Cidade das Artes

# ALDITUR VIAGENS

Fone/FAX: (51) 3562-3658

E-mail: [alditurviagens@gmail.com](mailto:alditurviagens@gmail.com)

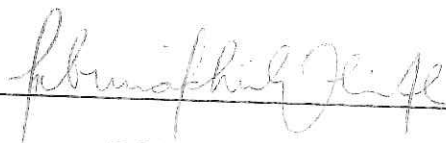
PORTÃO - RS

Prezado Fiscal

Vimos por meio deste, solicitar a inclusão no contrato de prestação de serviços nº 017022019, a inclusão dos veículos abaixo citados, os quais já possuem autorização do CRVA para transporte escolar.

→ LOX 5D89;

→ CPN 3244.



ALDITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

08.261.480/0001-56

ALDITUR TRANSPORTE E  
TURISMO LTDA

Rua Ipiranga, nº 12  
Estação Portão - CEP 93180-000

PORTÃO - RS

**Regina Born - SMEC Transporte Escolar**

**De:** Transporte Montenegro <transporte@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** quarta-feira, 27 de março de 2019 12:27  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'; SMEC Compras  
**Assunto:** vistoria TE escola Valter Belian

**Sinalizador de acompanhamento:**

Flag for follow up  
Sinalizada

**Status do sinalizador:**

Senhores Fiscais do Contrato TE em curso:

Em vistoria de rotina, realizada na manhã do dia de hoje junto aos escolares "particulares", observamos em serviço na escola acima referida o carro placas LOE 1B99 pertencente à empresa "Alditur".  
O referido veículo, além de não constar naqueles originalmente inseridos no contrato, fôra reprovado na vistoria de 07/07 (nos meus apontamentos por falta de câmara de visão e má fixação de alguns bancos).  
Em singela inspeção visual observei que este carro ainda não possui as câmaras.

Encaminho para conhecimento e providências cabíveis.

Fábio Silva de Araujo

Agente Fiscal / SMOP-DTT



07  
3

## **Regina Born - SMEC Transporte Escolar**

---

**De:** Transporte Montenegro <transporte@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** quinta-feira, 11 de abril de 2019 10:39  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'; SMEC Compras  
**Assunto:** Condutor TE

**Sinalizador de acompanhamento:**

Flag for follow up

Colegas fiscais do contrato:

Na presente data a empresa "ALDITUR", junto de documentos veiculares, comprova regularidade do condutor Juliano Luis de Azevedo, para a condução de veículo de transporte escolar.

Att.

Fábio Silva de Araújo

Agente Fiscal / SMOP-DTT



## **Regina Born - SMEC Transporte Escolar**

**De:** Transporte Montenegro <transporte@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** quarta-feira, 17 de abril de 2019 11:53  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'; SMEC Compras; 'smec'  
**Assunto:** TE / Alditur  
**Anexos:** ENC: Vistorias dia 07/03/2019 (32,5 KB); RES: Condutor TE (32,4 KB)

### **Sinalizador de acompanhamento:**

Flag for follow up

Colegas:

Surge uma dúvida. Dado que o assunto se refere-se a contratação dessa Secretária, encaminho a demanda.

O fato:

Na vistoria que realizamos em 07/03, constatamos que alguns carros, mesmo possuindo Laudo Escolar Válido, além de outras irregularidades, não possuíam dispositivos citados pela Res.504/214 CONTRAN (câmara-monitor ou outro dispositivo de visão traseira).

-Em 08/03 encaminhei email para essa SMEC tratando deste assunto (vide anexo "Vistorias..."). Logo depois, conforme ofício 24/2019, questionamos a empresa Moreira Nunes Mecânica Diesel sobre o fato de ter sido concedido Laudos de veículos que não atendiam a resolução citada. Recebemos a confirmação de que realmente ALGUNS carros não tinham câmara (apresentando sua mea-culpa pelo fato). Ambos os documentos estão neste DTT.

Em email que encaminhei em 11/04 novamente tratei do tema (anexo "Condutor")

Na presente data, agora a pouco, recebemos (das mãos de um moto-fretista), 04 laudos de vistoria feitos na mesma entidade (que "errou" anteriormente) e mais um xerox fotográfico identificando um dispositivo que PODE ser uma câmara.

Como a concessão da Autorização do DETRAN depende de nossa prévia autorização, questiono: Podemos dar fé ao documento que recebemos neste momento (da mesma empresa que concedeu os laudos anteriores data de nossa vistoria e que foram "reprovados" em nossa vistoria conjunta)?

Mantenho minha convicção relatada nos emails em anexo, qual seja, não mais aceitar Laudos da empresa Moreira Nunes.

Aguardo manifestação.

Fábio Silva de Araújo

Agente Fiscal / SMOP-DTT



09X

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 017022019

O **MUNICÍPIO DE MONTENEGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Pessoa, 1363, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n.º 90.895.905/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **CARLOS EDUARDO MÜLLER**, aqui denominada Contratante, e **ALDITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA** com endereço na Rua Ipiranga, n.º 12, Bairro: Estação Portão - Cidade de Portão, Estado do RS, inscrita no CNPJ n.º 08.261.480/0001-56, neste ato representado pelo Sra. Sabrina Schüller de Oliveira Alves, aqui denominado Contratado, tem entre si acordado, na melhor forma de direito, o presente contrato, mediante as seguintes condições:

**OBJETO:** Contratação de serviço de Transporte Escolar para atender aos alunos matriculados na Rede Municipal e Estadual de Ensino no território do Município para o ano letivo 2019, conforme descrito no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

1ª) O presente contrato vincula-se às determinações da Lei n.º 8.666/93 e alterações que se regerá pelas disposições da legislação Federal, Estadual e Municipal, Lei Municipal n.º 5071/2019 e Decretos Municipais n.º 5161/2009, 5373/2010, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018, em todos os seus termos, a qual será aplicada também onde o contrato for omissa ficando vinculado ao processo n.º 946/2019.

2ª) O Contratado se compromete expressamente a prestar o serviço objeto do presente contrato, nas condições e especificações descritas no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

3ª) O Contratado, proprietário ou cessionário do veículo Pas/Ônibus, ano 2008, placa IOX 4622, chassi 93PB12E3P8C025436; Pas/Ônibus, ano 2002, placa LOM 5902, chassi 9BM3840732B321789; Pas/Ônibus, ano 2007, placa LKL 6732, chassi 9BM3840787B524454, Pas/Ônibus, ano 2004, placa CPJ 1562, chassi 9BM3840734B389850, Pas/Ônibus, ano 2001, placa JZI 0553, chassi 9BM3840731B287833, Pas/Ônibus, ano 2004, placa DBC 7165, chassi 9BM3840674B376171, Pas/Ônibus, ano 2001, placa KND 3700, chassi

108

9BM3840731B260379,	Pas/Ônibus,	ano	2004,	placa	CVP	2572,	chassi
9BM3840734B384308,	Pas/Ônibus,	ano	2011,	placa	ISM	5805,	chassi
93PB42G3PBCO37446,	Pas/Ônibus,	ano	2002,	placa	LOF	6953,	chassi
9BWRF82W02R215999,	Pas/Ônibus,	ano	2004,	placa	DBC	7115,	chassi
9BM3840674B369308,	Pas/Ônibus,	ano	2006,	placa	MQR	5913,	chassi
9BWR682W96R619907,	Pas/Ônibus,	ano	2007,	placa	KMT	9497,	chassi
9BM3840787B524189,	Pas/Ônibus,	ano	2004,	placa	DBC	7177,	chassi
9BM3840674B375774,	Pas/Ônibus,	ano	2006,	placa	MQR	5912,	chassi

9BWR682W96R619891, deverá estar devidamente licenciado para o transporte escolar segundo exigências constantes na Lei Municipal nº 5071/2009 e Decretos Municipais nº 5161/2009, 5373/2010, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018 e demais legislações pertinentes.

4ª) O Contratado se compromete a realizar o transporte escolar da **E.M.E.F. Pedro João Muller – Costa da Serra** com horário de funcionamento das 7h30min às 11h30min, das 13h às 17h, **E.E.E.F. Osvaldo Brochier – Santos Reis** com horário de funcionamento das 7h30min às 12h, das 12h50min às 17h20min, **E.M.E.F. Bárbara Heleodora – Lajeadozinho** com horário de funcionamento das 7h20min às 11h20min, **E.M.E.F. Professora Mafalda Padilha – Campo do Meio** com horário de funcionamento das 7h20min às 11h20min, **E.M.E.F. Dona Clara Camarão – Alfama** com horário de funcionamento das 7h45min às 11h45min, **E.M.E.F. Cinco de Maio – Bairro Cinco de Maio** com horário de funcionamento das 07h30min às 11h30min, das 13h às 17h, **E.M.E.F. Carlos Frederico Schubert – Faxinal** com horário de funcionamento das 8h às 12h, das 13h15min às 17h15min, **E.M.E.F. Professora Maria Josepha Alves de Oliveira – Porto dos Pereira** com horário de funcionamento das 7h45min às 11h45min, das 13h às 17h, **E.M.E.F. Dr. Walter Belian – Bairro Rui Barbosa** com horário de funcionamento das 7h30min às 11h30min, das 13h às 17h, **E.M.E.F. Etelvino de Araújo Cruz – Rua Nova** com horário de funcionamento das 8h às 12h, das 13h15min às 17h15min, **E.M.E.F. Adão Martini – Vendinha** com horário de funcionamento das 7h25min às 11h50min, das 12h50min às 16h50min, **E.M.E.F. Bernardino Luís de Souza – Porto Garibaldi** com horário de funcionamento das 7h30 min às 11h30min, das 13h às 17h, **E.E.E.F. José Garibaldi – Porto Garibaldi** com horário de funcionamento das 7h30min às 11h30min nos dias letivos, com previsão de sábados e feriados considerados letivos, conforme Calendário Escolar.

5ª) O preço a ser pago pelo Contratante ao Contratado para o LOTE 02 no valor de R\$ 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos) para 450 quilômetros (KM) rodados com alunos, totalizando R\$ 2.011,50 (dois mil, onze reais e cinquenta centavos)/dia, para o



M8

LOTE 03 no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) para 263 quilômetros (KM) rodados com alunos, totalizando R\$ 1.315,00 (Um mil, trezentos e quinze reais)/dia, para o LOTE 05 no valor de R\$ 3,89 (três reais, oitenta e nove centavos) para 231 quilômetros (KM) rodados com alunos, totalizando R\$ 898,59 (oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos)/dia, e para o LOTE 06 no valor de R\$ 5,78 (cinco reais e setenta e oito centavos) para 630 quilômetros (KM) rodados com alunos, totalizando R\$ 3.641,40 (três mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)/dia, pagamento mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal, ou Duplicata. Os valores somente serão reajustados em conformidade com o Artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará o contratado com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

6ª) A nota fiscal/fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, número do Contrato de Prestação de Serviços, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7ª) Para a liberação dos pagamentos dos serviços executados, o Contratado deverá apresentar, cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e FGTS, cópia da GEFIP e da Folha de Pagamento do quadro dos funcionários que executaram os serviços, nos termos da Lei Municipal nº 3872/03, bem como, os atestados (conforme modelo a ser fornecido pela SMEC).

Parágrafo único - Ocorrendo a demissão de empregado, o Contratado deverá obrigatoriamente apresentar a cópia da rescisão do Contrato de Trabalho, inclusive a cópia da quitação da guia rescisória do FGTS.

8ª) O pagamento não isentará o Contratado das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

9ª) O Município de Montenegro não se transforma em devedor solidário ou subsidiário perante credores do contratado, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e dívidas pessoais do contratado, resultantes da execução do contrato.

10) Fica sob inteira responsabilidade do contratado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se transferindo à Administração Pública, em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo seu pagamento, nos termos do artigo 71, da Lei 8.666/93 e alterações.

128

11) Responsabiliza-se ainda o Contratado, por todas as dívidas que se originarem de operações necessárias à execução do presente contrato, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos e dívidas pessoais da mesma.

12) O contratado assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha, dolosa ou culposamente, acarretar ao Município e/ou a terceiros, quando da prestação do serviço.

13) O contratado deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ele assumidas, e todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

14) Constituem obrigações do Contratado:

a) manter os veículos com manutenção mecânica preventiva e licenciamentos atualizados.

b) utilizar os veículos que atendam plenamente ao disposto no art. 3º da Resolução nº 254/2007 do CONTRAN com relação à instalação do insulfilm.

c) ter capacidade mínima de 25 passageiros para o transporte de alunos (incluindo o condutor).

d) estar segurado com cobertura total para qualquer tipo de sinistro, seguros APP (acidentes pessoais por passageiros) e RC (responsabilidade civil – danos materiais e civis).

e) utilizar veículos com **idade de fabricação inferior a 18 anos** que atendam plenamente ao disposto no Art. 136, incisos III e VII do Código Brasileiro de Trânsito.

f) dispor de equipamento registrador instantâneo, inalterável de velocidade e tempo (TACÓGRAFO), devendo manter os discos de tacógrafos arquivados na Empresa Contratada, para fiscalização a qualquer tempo.

g) manter, no veículo, boas condições de higiene, segurança, e conforto, bem assim na mecânica, na instalação elétrica e estética, inclusive na traseira e lateral de sua carroceria, em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada ou adesivada a meia altura, nos quais se inscreverá o Dístico "Escolar", em preto, sendo que em caso

192

- l) não transportar passageiros outros que não sejam estudantes **salvo acompanhantes para assistência dos alunos quando comprovada a necessidade**, a critério da SMEC.
  - m) o número de passageiros a serem transportados por veículos não poderá ser superior ao número especificado no Certificado de Propriedade do veículo.
  - n) cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do CONTRAN, e o regramento legal de trânsito e transportes das demais esferas pertinentes.
  - o) Ao contratado, é vedado confiar veículo a motorista que não possua vínculo empregatício com ele, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária.
  - p) realizar inspeção para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, além das condições mecânicas, elétricas, pneus e latarias, nos termos especificados pelos Decretos Municipais nº 5161/2009, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018. Poderá ser exigida nova inspeção há qualquer tempo, havendo fundada suspeita de avaria.
  - q) manter os veículos limpos interna (banco, cinto de segurança, corredor e banheiro; caso houver) e externamente (em toda a extensão da sua carroceria), com boas condições de segurança e conforto para receber os alunos.
  - r) responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção do respeito e cortesia no relacionamento com os beneficiários do serviço e com os servidores da Prefeitura Municipal de Montenegro.
- 15) O contratado, poderá ter seus veículos constando registrados em nome de terceiros perante o órgão de trânsito competente, porém deverá apresentar, conjuntamente com o CRV ou com a Nota Fiscal, Instrumento de Cessão ou outro instrumento de natureza contratual similar, lavrado por escritura pública ou em documento particular, com reconhecimento de firma; onde fique demonstrado inequivocamente que o veículo será usado pela empresa com exclusividade durante o período do contrato, constando ainda declaração do cedente, doador, locatário, comodatário ou alienante de que estará se responsabilizando solidariamente em caso de sinistros causados pelo veículo; Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do ano em curso, comprovando atenção ao artigo 130 do Código de Trânsito de Brasileiro.

158

16) Não será permitido o acréscimo de quilometragem do percurso determinado pela SMEC, seja ela por conveniência dos transportadores, ou alteração do início determinado pelo contratante, salvo autorização por escrito.

17) O número de veículos contratados deverá ser respeitado rigorosamente, sendo vetado qualquer tipo de otimização por parte das empresas.

18) Cabe ao contratado responder integral e incondicionalmente por todos os danos de qualquer natureza que venham a sofrer os beneficiários do serviço e seus empregados, em razão de acidentes ou de ação, de omissão, dolosa ou culposa, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

19) O prazo do presente contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias a contar de 20/02/2019, podendo ser prorrogado até o limite legal, ou até a assinatura do contrato decorrente de procedimento licitatório, o que vier primeiro.

20) A fiscalização administrativa da execução do contrato, ficará a cargo da servidora Dariane Becker Peixoto e a fiscalização técnica, ficará a cargo do servidor Eriton Cezer da Silva Azeredo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que terão registro próprio das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21) O presente instrumento passa a ter validade a partir da assinatura do contrato.

22) O descumprimento de qualquer cláusula ora ajustada por parte do Contratado ensejará a rescisão de pleno direito, garantida a prévia defesa, podendo sofrer ele as penalidades seguintes:

a) advertência - na primeira vez que o fato ocorrer;

b) multa – de 02 a 10% do valor contratado, conforme a discricionariedade do Município.

c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

23) Além de outros previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, em especial constituem motivos para a rescisão do contrato, por ato unilateral do Município:

- Nº 11
- a) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
  - b) A lentidão no cumprimento do contrato.
  - c) O atraso no início da prestação do serviço.
  - d) A paralisação total ou parcial do serviço.
  - e) A subcontratação parcial ou total do serviço.
  - f) O desatendimento das determinações da Fiscalização do Município.
  - g) O cometimento reiterado de faltas.
  - h) As multas serão descontadas dos pagamentos, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
  - i) Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à Contratada, a pena de suspensão do direito de licitar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em função da gravidade da falta cometida.

24) Fica estabelecido, no entanto, de comum acordo entre as partes Contratantes que cabe ao Contratante o direito de rescindir de pleno direito o presente contrato, a qualquer tempo, independentemente do procedimento judicial, sem que lhe seja exigível, por este motivo, indenização ou ressarcimento de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando for evidenciada a incapacidade técnica do Contratado;
- b) se o Contratado cair em insolvência, ou vier a falir.
- c) se o Contratado transferir/sub-contratar o contrato a terceiros, sem expressa autorização do Contratante;
- d) se o Contratado deixar de iniciar o serviço no prazo que lhe for determinado ou interrompê-lo sem justo motivo devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;
- e) quando as multas, por descumprimento do prazo, atingirem o montante investido pela empresa.

25) O contratado deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ele assumidas, e todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

26) As despesas decorrentes da presente contratação, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:  
09.06.12.361.0058.2913.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 649;

172

09.06.12.361.0058.2921.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 653;  
09.06.12.361.0058.2914.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 651.

27) O Contratado declara reconhecer os direitos do Contratante em efetivar a rescisão nas condições a que se refere o disposto nos artigos 78, 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

28) As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Montenegro/RS, para dirimir dúvidas emergentes do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, com as testemunhas abaixo.

Montenegro, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS EDUARDO MÜLLER  
Prefeito Municipal.

ALDITUR TRANSPORTE E TURISMO  
LTDA,  
Contratado.

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Procuradoria-Geral do Município*

**Parecer s/nº**

**Assunto:** Descumprimento contratual

**Referência:** Proc. Adm. 2019/3155 vol. 1

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC)

**Ementa:** Direito Administrativo. Contrato Administrativo. Transporte Escolar. Irregularidades.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) desta Prefeitura Municipal de Montenegro diante constatação de irregularidades verificadas nos veículos de desempenham a atividade de transporte escolar de propriedade da empresa ALDITUR, em vistoria realizada em 07/03/2019.

Distribuída a matéria à esta PGM, coube-me examiná-la e oferecer parecer técnico.

É o relatório.

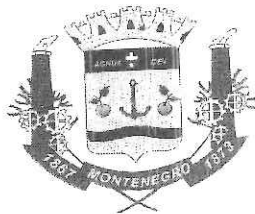
**II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Vislumbra-se, em apertada análise, que o questionamento apresentado pela SMEC trata das providências a serem adotadas diante dos relatos de problemas com transporte escolar desempenhado pela empresa. Informa a Secretaria que, quando do recebimento dos mencionados relatos, encaminha-os à empresa cobrando providências, por vezes, sem obter êxito.

Entre as irregularidades narradas pela Secretaria de educação e Cultura constam problemas com documentação dos condutores e condições dos veículos.

Nesta seara, insta destacar que a apuração de irregularidades praticadas pelas empresas mantenedoras de contratos com o ente público é responsabilidade dos fiscais vinculados ao mesmo. Nota-se que na cláusula 20 do instrumento contratual nº 017022019, firmado entre o Município e a empresa Alditur Transporte e Turismo Ltda, elege os responsáveis pela fiscalização administrativa e técnica do mencionado contrato, os quais devem manter registro próprio das ocorrências relacionadas à sua execução.

Destarte, verificada a prática irregular, cabe à Secretaria responsável instaurar processo administrativo para apuração de supostos descumprimentos de cláusulas contratuais, devendo-se, contudo, assegurar à empresa contratada o direito de apresentar defesa aos fatos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Procuradoria-Geral do Município*

19  
A

que lhe são imputados, bem como a apresentação de documentação e outras espécies de provas que colaborem com a elucidação dos fatos.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, em análise sumária, entendo caber à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a instauração de processo administrativo para apurar eventuais faltas praticadas pela empresa contratada, garantindo-se a mesma, mediante notificação, o direito ao efetivo contraditório e à ampla defesa e, ao término, caso verificado o descumprimento de cláusula contratual, a aplicação de uma das penalidades previstas na cláusula 22 do instrumento contratual, devendo-se, porém, guardar a devida proporcionalidade entre a conduta praticada e a penalidade aplicada.

É o parecer, à superior consideração.

Montenegro, 18 de junho de 2019.

Alberto Sebastião Vianna

Procurador Municipal

OAB/RS nº 111.506



22 de Abril de 2019

Assunto: SOLICITAÇÃO  
SOLICITAÇÃO DE PARECER E PROVIDÊNCIAS REFERENTE AO OFÍCIO Nº 62/2019 ENVIADO A EMPRESA JÚNIOR MACHAD  
CONFORME CI Nº 210/2019.

[illegible]

PREFEITURA MUN. MONTENEGRO  
PROCESSO Nº 3158/2019  
DATA: 22/04/2019

CI nº 210/2019  
DATA: 22 de abril de 2019.  
DE: SMEC - SAE  
PARA: PGM  
Assunto: Ofício 62/2019 e outros.

Senhor Procurador:

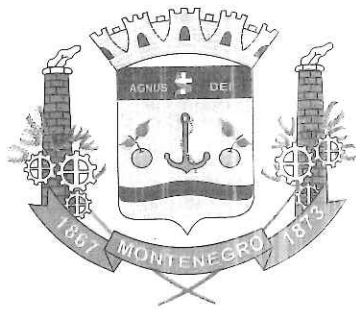
Encaminhamos em anexo, para sua apreciação, o Ofício nº 62/2019 enviado a Empresa Júnior Machado ME; bem como a resposta ao ofício acima citado e posição do Departamento de Trânsito e Transporte. Em anexo, constam vários relatos de problemas com o Transporte Escolar enviados pelas escolas (via e-mail), as quais são atendidas pelo transportador acima citado. Convém ressaltar que essa Secretaria, quando do recebimento das demandas, encaminha à empresa cobrando a resolução das questões apresentadas; porém por diversas vezes, sem obter êxito.

Para parecer e providências cabíveis.

Atenciosamente,



RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ofício nº 62/2019/SMEC

Montenegro, 12 de março de 2019.

ASSUNTO: Irregularidades constatadas

Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo, dou-lhe ciência de irregularidades constatadas durante a vistoria realizada nos veículos e documentos no dia 07.03.2019 no Parque Centenário, conforme descrito abaixo:

Carro	Inconformidades	Condutor	Pendências condutores
IMX 7358	T.essão/seguros/câmara/bancos danificados/cintos com problemas	Sidnei Schmitzhaus	BA/FC/NM/CNH/CURSO
ILF 6529	T.essão/seguros/porta PNE com avaria/bancos, cintos com problemas	Ademar F. Almeida	BA/FC/NM/CNH/CURSO
INB 3511	DETRAN/seguros/câmara/limpador p.brisa	Rene M. Chagas	BA/FC/NM/CNH/CURSO

Desta forma, conforme orientação da PGM, solicitamos que sejam prestados esclarecimentos da situação descrita acima com urgência, para que possamos repassar a informação ao setor municipal competente. No aguardo providências.

Atenciosamente,

  
RITA JÚLIA CARNEIRO FLECK  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

  
ERITON CEZER DA SILVA DE AZEREDO  
Fiscal técnico

  
JUNIOR MACHADO ME  
Triunfo - RS

  
REGINA JOSIANE BORN  
Chefe de Serviço Assistência ao Educando

"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"  
Montenegro Cidade das Artes

03  
x

*Empresa : JUNIOR TUR*

---

ASSUNTO = Esclarecimento

PREZADA = SENHORA SECRETARIA

Ao cumprimentá-la dou-lhe ciência de que as irregularidades constatadas no ofício nº 62/2019/ e nº 66/2019, foram devidamente regularizadas.

Referente ao ofício nº 62/2019 foram constatadas irregularidades durante a vistoria realizada nos veículos e documentos no dia 07.03.2019 no Parque Centenário. A Empresa Junior Tur apresentou toda a documentação exigida na contratação emergencial no dia 08/03/2019 as 15:28 no DTT com o Sr Fabio tendo assim a ciência de que a documentação referida no edital de contratação emergencial transporte escolar está regular.

Os problemas relatados nos veículos foram regularizados, tanto que a Empresa recebeu o ofício nº 66/2019 que se tratava de um veículo que não estava cadastrado na Prefeitura junto ao DTT, o veículo substituíu o micro ônibus placa: INB:3511 que foi apontado por não funcionar a câmera de ré, mas no mesmo dia 11/03/2019 o veículo retornou a prestação de serviço no horário das 17 horas, tendo assim a ciência de que estamos prestando o serviço de maneira adequada atendendo as necessidades do município.

Montenegro 14/03/2019

  
Assinatura do representante legal



## Regina Born - SMEC Transporte Escolar

**De:** Transito <transito@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** sábado, 23 de março de 2019 09:20  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'  
**Assunto:** RES: Documentos Júnior Machado - TE

Alô!

Plenamente regular situação documental dos carros.

Sobre os meus apontamentos registrados na vistoria de 07/03 não tenho nenhuma comprovação oficial de sua plena regularização (nova Vistoria oficial ou mesmo verificação pessoal).

Os condutores cadastrados são:

- Sidnei Schmitzhauss;
- Valnir F. Munhoz
- Andréia A. Rodrigues

E.T.: aguardo manifestação acerca do "crachá" (assunto comentado em email que enviei em 09/03/2019).

Fábio Silva de Araujo

Agente Fiscal / SMOP-DTT



**De:** smec.transporte.escolar [<mailto:smec.transporte.escolar@montenegro.rs.gov.br>]  
**Enviada em:** sexta-feira, 22 de março de 2019 15:54  
**Para:** [transito@montenegro.rs.gov.br](mailto:transito@montenegro.rs.gov.br)  
**Assunto:** Documentos Júnior Machado - TE

Boa tarde Fábio !

Em anexo a Empresa Júnior Machado nos informa que as pendências constatadas na vistoria dos veículos e condutores, estão regularizadas junto ao DTT.

Aguardamos seu posicionamento em relação ao exposto.

No aguardo.



**Regina Josiane Born – Chefe do Serviço de Assistência ao Educando**

Prefeitura Municipal de Montenegro/RS  
CNPJ 90.895.905/0001-60  
Rua São João, Bairro Centro, 1301  
☎Telefone: 55 51 3632 2713

05  
x

## Regina Born - SMEC Transporte Escolar

**De:** emef.saopaulo <emef.saopaulo@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 26 de março de 2019 17:06  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'  
**Assunto:** transporte

Boa tarde Regina,

Como solicitado pela Rita, Secretária de Educação, lhe passo as informações, as quais uma mãe da turma do Pré do Moojen informou hoje no início da tarde:

- a criança chegou na escola hoje as 12h, sendo que a aula inicia as 13h;
- a criança como ficou com este tempo ocioso atravessou a rua e foi até o mercado acompanhada de outras crianças;
- a mãe procurou a direção da escola Moojen, a qual lhe informaram que não tem nada a ver com a situação e não é responsável pelos alunos do Pré, encaminhando a mãe para a escola São Paulo resolver;
- a mesma a alguns dias atrás foi entregue pelo transportador de carro, o qual deveria entregar com o ônibus, qual a prefeitura autorizou;
- o transporte do inicial do turno da tarde neste dia 26/03/19, entregou os alunos do PRÉ as 14h15min, sendo que a aula inicia as 13h segundo o relato da professora do PRÉ.

Att

Camila M. G. Woichinski

Vice-diretora

(51) 3632 – 1402



## Regina Born - SMEC Transporte Escolar

---

**De:** emef.saopaulo <emef.saopaulo@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 26 de março de 2019 15:38  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'

Boa tarde!

Relato de hoje sobre o transporte do Pré Moojen, turno da tarde.

A aluna Laura Martiny Leidens está chegando 12:05 .

Os outros alunos chegaram às 14 e 15min.

Att.

Camila M. G. Woichinski

Vice-diretora  
(51) 3632 – 1402





Ato de Criação Nº 2088 de 05/04/1995

Ato de Denominação: 2.323/1998

Parecer de Autorização de Funcionamento da Escola: CME: nº 018/2010

Endereço: Rua Orlando Daudt Albrecht, 212 Bairro São Paulo

Município: Montenegro - RS

CEP: 95780-000

Fone: (51) 3632 1402

E-mail: [emef.saopaulo@montenegro.rs.gov.br](mailto:emef.saopaulo@montenegro.rs.gov.br)

Montenegro/RS, 26 de março de 2019

Ao Conselho Tutelar

Venho por meio deste, relatar o fato, em que os alunos os quais frequentam o Pré A e B na EEEF Dr. Jorge Guilherme Moojen, a qual cede a sala para o município onde a escola EMEF do Bairro São Paulo é responsável pelas matrículas, foi informado que nesta terça-feira 26/03/2019, uma aluna chegou com o transporte escolar municipal às 12h, sendo que na escola não se encontrava ninguém para atender e cuidar da mesma até o início da aula às 13h. A EMEF do Bairro São Paulo está tomando as providências para que as crianças não fiquem sem um responsável durante este tempo ocioso. Ainda ressalto que o transporte deve chegar conforme orientação do setor responsável por ele, às 12h30min como combinado e não às 12h.

Atenciosamente,

Rita de Cássia Griebeler da Silva  
Diretora  
EMEF do Bairro São Paulo

À Lucianita Menezes  
Conselheira Municipal de Montenegro

## Regina Born - SMEC Transporte Escolar

---

**De:** emef.hpzimmermann <emef.hpzimmermann@montenegro.rs.gov.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 9 de abril de 2019 15:59  
**Para:** 'smec.transporte.escolar'  
**Assunto:** ônibus estragado

Boa tarde!

Venho através deste comunicar formalmente o episódio de hoje, em que o ônibus estragou novamente e os alunos foram pegos com muito atraso e outros nem foram buscados. Esta situação foi comunicada para secretaria já cedo da manhã pelo telefone. O motorista relatou que foi um problema na embreagem e que estragou já no pátio da Escola do Muda Boi. Inclusive me disse que o encarregado da empresa disse para ele andar assim mesmo e ele negou-se. Fato esse que me deixou mais uma vez muito preocupada com a segurança dos alunos no transporte escolar. Muitos pais ligaram para escola querendo informações sobre o atraso, passamos aos pais que logo o problema seria solucionado e que os alunos viriam para escola, mas uma parte, Braulino e início do Passo do Jacaré, não foram buscados.

Atenciosamente direção



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Procuradoria-Geral do Município*

**Parecer s/nº**

**Assunto:** Descumprimento contratual

**Referência:** Proc. Adm. 2019/3158 vol. 1

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC)

**Ementa:** Direito Administrativo. Contrato Administrativo. Transporte Escolar. Irregularidades.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) desta Prefeitura Municipal de Montenegro diante constatação de irregularidades verificadas nos veículos de desempenham a atividade de transporte escolar de propriedade da empresa Junior Machado ME, em vistoria realizada em 07/03/2019.

Distribuída a matéria à esta PGM, recebendo-a em 17/06/2019, coube-me examiná-la e oferecer parecer técnico.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

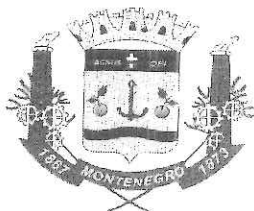
Vislumbra-se, em apertada análise, que o questionamento apresentado pela SMEC trata das providências a serem adotadas diante dos relatos de problemas com transporte escolar desempenhado pela empresa. Informa a Secretaria que, quando do recebimento dos mencionados relatos, encaminha-os à empresa cobrando providências, por vezes, sem obter êxito.

Entre as irregularidades narradas pela Secretaria de educação e Cultura constam problemas com documentação dos condutores, condições dos veículos e atrasos ao entregar os estudantes em suas respectivas escolas.

Nesta seara, insta destacar que a apuração de irregularidades praticadas pelas empresas mantenedoras de contratos com o ente público é responsabilidade dos fiscais vinculados ao mesmo. Nota-se que na cláusula 20 do instrumento contratual nº 016022019, firmado entre o Município e a empresa Júnior Machado ME, elege os responsáveis pela fiscalização administrativa e técnica do mencionado contrato, os quais devem manter registro próprio das ocorrências relacionadas à sua execução.

Destarte, verificada a prática irregular, cabe à Secretaria responsável instaurar processo administrativo para apuração de supostos descumprimentos de cláusulas contratuais,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Procuradoria-Geral do Município*

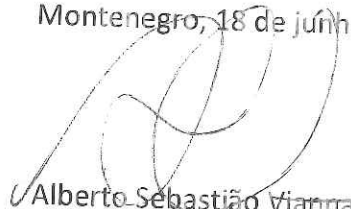
devendo-se, contudo, assegurar à empresa contratada o direito de apresentar defesa aos fatos que lhe são imputados, bem como a apresentação de documentação e outras espécies de provas que colaborem com a elucidação dos fatos.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, em análise sumária, entendo caber à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a instauração de processo administrativo para apurar eventuais faltas praticadas pela empresa contratada, garantindo-se a mesma, mediante notificação, o direito ao efetivo contraditório e à ampla defesa e, ao término, caso verificado o descumprimento de cláusula contratual, a aplicação de uma das penalidades previstas na cláusula 22 do instrumento contratual, devendo-se, porém, guardar a devida proporcionalidade entre a conduta praticada e a penalidade aplicada.

É o parecer, à superior consideração.

Montenegro, 18 de junho de 2019.

  
Alberto Sebastião Vianira  
Procurador Municipal  
OAB/RS nº 111.506

11  
B

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 016022019

O **MUNICÍPIO DE MONTENEGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Pessoa, 1363, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n.º 90.895.905/0001-60, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal **CARLOS EDUARDO MÜLLER**, aqui denominado **CONTRATANTE**, e **JUNIOR MACHADO ME**, com endereço a Costa do Cadeia, s/n.º, Triunfo/RS, inscrita no CNPJ sob n.º 18.928.766/0001-04, neste ato representado pelo Sra. Mariele Juliana Machado, aqui denominado **CONTRATADO**, tem entre si acordado na melhor forma de direito, o presente contrato, mediante as seguintes condições:

**OBJETO:** Contratação de serviço de Transporte Escolar para atender aos alunos matriculados na Rede Municipal e Estadual de Ensino no território do Município para o ano letivo 2019, conforme descrito no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

1ª) O presente contrato vincula-se às determinações da Lei n.º 8.666/93 e alterações que se regerá pelas disposições da legislação Federal, Estadual e Municipal, Lei Municipal n.º 5071/2019 e Decretos Municipais n.º 5161/2009, 5373/2010, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018, em todos os seus termos, a qual será aplicada também onde o contrato for omissivo ficando vinculado ao processo n.º 946/2019.

2ª) O Contratado se compromete expressamente a prestar o serviço objeto do presente contrato, nas condições e especificações descritas no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

3ª) O Contratado, proprietário ou cessionário do veículo PAS/Ônibus, ano 2006, placa **IMX 7358**, chassi 93PB12E3P6C017861, PAS/Ônibus, ano 2003, placa **ILF 6529**, chassi 9BM3820693B327089, PAS/Ônibus, ano 2005, placa **INB 3511**, chassi 9BM6881565B448691, deverá estar devidamente licenciado para o transporte escolar segundo exigências constantes na Lei Municipal n.º 5071/2009 e Decretos Municipais n.º 5161/2009, 5373/2010, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018 e demais legislações pertinentes.

4ª) O Contratado se compromete a realizar o transporte escolar da **E.M.E.F. Henrique Pedro Zimmermann – Passo da Serra** com horário de funcionamento das 8h às 12h, das 13h às 17h, **E.M.E.F. Bello Faustino dos Santos – Fortaleza** com horário de funcionamento das 13h às 17h, **E.M.E.F. Manoel José da Motta – Muda Boi** com horário de funcionamento das 7h30min às 11h30min, **E.E.E.F. Junto ao Núcleo Habitacional Promorar – Bairro Germano Henke** com horário de funcionamento das 7h30min às 11h30min, das 13h às 17h25min, das 18h45min às 22h45min, **E.E. E.F. Jorge Guilherme Moojen – Bairro Zootécnica** com horário de funcionamento das 7h30min às 11h30min, das 7h30min às 12h, das 13h às 17h e das 13h às 17h30min, **E.E Técnica São João – Bairro Centro** com horário de funcionamento das 7h30min às 11h55min e das 13h20min às 17h45min, nos dias letivos, com previsão de sábados e feriados considerados letivos, conforme Calendário Escolar.

12

5ª) O preço a ser pago pelo Contratante ao Contratado para o Lote 01 no valor de R\$ 5,58 (cinco reais e cinquenta e oito centavos) para 275 quilômetros (KM) rodados com alunos, totalizando R\$ 1.534,50 (um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)/dia, pagamento mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal, ou Duplicata. Os valores somente serão reajustados em conformidade com o Artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará o contratado com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

6ª) A nota fiscal/fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, número do Contrato de Prestação de Serviços, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7ª) Para a liberação dos pagamentos dos serviços executados, o Contratado deverá apresentar, cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e FGTS, cópia da GEFIP e da Folha de Pagamento do quadro dos funcionários que executaram os serviços, nos termos da Lei Municipal nº 3872/03, bem como, os atestados (conforme modelo a ser fornecido pela SMEC).

Parágrafo único - Ocorrendo a demissão de empregado, o Contratado deverá obrigatoriamente apresentar a cópia da rescisão do Contrato de Trabalho, inclusive a cópia da quitação da guia rescisória do FGTS.

8ª) O pagamento não isentará o Contratado das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

9ª) O Município de Montenegro não se transforma em devedor solidário ou subsidiário perante credores do contratado, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e dívidas pessoais do contratado, resultantes da execução do contrato.

10) Fica sob inteira responsabilidade do contratado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se transferindo à Administração Pública, em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo seu pagamento, nos termos do artigo 71, da Lei 8.666/93 e alterações.

11) Responsabiliza-se ainda o Contratado, por todas as dívidas que se originarem de operações necessárias à execução do presente contrato, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos e dívidas pessoais da mesma.

12) O contratado assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha, dolosa ou culposamente, acarretar ao Município e/ou a terceiros, quando da prestação do serviço.

13) O contratado deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ele assumidas, e todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

14) Constituem obrigações do Contratado:

- a) manter os veículos com manutenção mecânica preventiva e licenciamentos atualizados.
  - b) utilizar os veículos que atendam plenamente ao disposto no art. 3º da Resolução nº 254/2007 do CONTRAN com relação à instalação do insulfilme.
  - c) ter capacidade mínima de 25 passageiros para o transporte de alunos (incluindo o condutor).
  - d) estar segurado com cobertura total para qualquer tipo de sinistro, seguros APP (acidentes pessoais por passageiros) e RC (responsabilidade civil – danos materiais e civis).
  - e) utilizar veículos com **idade de fabricação inferior a 18 anos** que atendam plenamente ao disposto no Art. 136, incisos III e VII do Código Brasileiro de Trânsito.
  - f) dispor de equipamento registrador instantâneo, inalterável de velocidade e tempo (TACÓGRAFO), devendo manter os discos de tacógrafos arquivados na Empresa Contratada, para fiscalização a qualquer tempo.
  - g) manter, no veículo, boas condições de higiene, segurança, e conforto, bem assim na mecânica, na instalação elétrica e estética, inclusive na traseira e lateral de sua carroceria, em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada ou adesivada a meia altura, nos quais se inscreverá o Dístico "Escolar", em preto, sendo que em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicativas deverão ser invertidas.
  - h) permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária e às instalações utilizadas como apoio aos serviços prestados;
  - i) cumprir horários e itinerários fixados pelo Município, conforme descrito no Termo de Referência, ANEXO IX do Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar. As modificações ocorrerão a qualquer tempo, de acordo com a necessidade identificada pela SMEC, que fará a comunicação à contratada por escrito.
  - j) substituir o veículo quando alcançar a vida útil de 18 (dezoito) anos para ônibus.
- j.1) Conforme Decreto Municipal nº 7.621/18, a vida útil do veículo escolar é fixada em:
- I) **12 (doze) anos para micro-ônibus** com capacidade até 15 (quinze) pessoas (incluindo o condutor);
  - II) **15 (quinze) anos para micro-ônibus** com capacidade superior a 15 (quinze) pessoas (incluindo o condutor);
  - III) **18 (dezoito) anos para ônibus** contados do ano de sua fabricação.

j.2) Conforme Decreto Municipal nº 7.621/18, a periodicidade do item anterior se dará nos seguintes prazos:

I) Micro-ônibus (0 a 12 anos de idade) 180 em 180 dias;

II) Micro-ônibus (acima de 12 até 15 anos de idade) e capacidade superior a 15 lugares, 120 em 120 dias;

III) Ônibus (0 a 15 anos de idade) 180 em 180 dias;

IV) Ônibus (acima de 15 até 18 anos de idade) 120 em 120 dias;

k) não substituir nenhum veículo sem a expressa autorização prévia do Departamento de Transporte e Trânsito municipal, que avaliará sua documentação, inspeção veicular e se as suas especificações são rigorosamente as mesmas do objeto contratado; com a anuência do fiscal técnico do contrato.

l) não transportar passageiros outros que não sejam estudantes **salvo acompanhantes para assistência dos alunos quando comprovada a necessidade**, a critério da SMEC.

m) o número de passageiros a serem transportados por veículos não poderá ser superior ao número especificado no Certificado de Propriedade do veículo.

n) cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do CONTRAN, e o regramento legal de trânsito e transportes das demais esferas pertinentes.

o) Ao contratado, é vedado confiar veículo a motorista que não possua vínculo empregatício com ele, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária.

p) realizar inspeção para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, além das condições mecânicas, elétricas, pneus e latarias, nos termos especificados pelos Decretos Municipais nº 5161/2009, 6769/2015, 7361/2017 e 7621/2018. Poderá ser exigida nova inspeção há qualquer tempo, havendo fundada suspeita de avaria.

q) manter os veículos limpos interna (banco, cinto de segurança, corredor e banheiro; caso houver) e externamente (em toda a extensão da sua carroceria), com boas condições de segurança e conforto para receber os alunos.

r) responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção do respeito e cortesia no relacionamento com os beneficiários do serviço e com os servidores da Prefeitura Municipal de Montenegro.

15) O contratado, poderá ter seus veículos constando registrados em nome de terceiros perante o órgão de trânsito competente, porém deverá apresentar, conjuntamente com o CRV ou com a Nota Fiscal, Instrumento de Cessão ou outro instrumento de natureza contratual similar, lavrado por escritura pública ou em documento particular, com reconhecimento de firma; onde fique demonstrado inequivocamente que o veículo será usado pela empresa com exclusividade durante o período do

15/12

contrato, constando ainda declaração do cedente, doador, locatário, comodatário ou alienante de que estará se responsabilizando solidariamente em caso de sinistros causados pelo veículo; Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do ano em curso, comprovando atenção ao artigo 130 do Código de Trânsito de Brasileiro.

16) Não será permitido o acréscimo de quilometragem do percurso determinado pela SMEC, seja ela por conveniência dos transportadores, ou alteração do início determinado pelo contratante, salvo autorização por escrito.

17) O número de veículos contratados deverá ser respeitado rigorosamente, sendo vetado qualquer tipo de otimização por parte das empresas.

18) Cabe ao contratado responder integral e incondicionalmente por todos os danos de qualquer natureza que venham a sofrer os beneficiários do serviço e seus empregados, em razão de acidentes ou de ação, de omissão, dolosa ou culposa, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

19) O prazo do presente contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias a contar de 20/02/2019, podendo ser prorrogado até o limite legal, ou até a assinatura do contrato decorrente de procedimento licitatório, o que vier primeiro.

20) A fiscalização administrativa da execução do contrato, ficará a cargo da servidora Dariane Becker Peixoto e a fiscalização técnica, ficará a cargo do servidor Eriton Cezer da Silva Azeredo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que terão registro próprio das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21) O presente instrumento passa a ter validade a partir da assinatura do contrato.

22) O descumprimento de qualquer cláusula ora ajustada por parte do Contratado ensejará a rescisão de pleno direito, garantida a prévia defesa, podendo sofrer ele as penalidades seguintes:

- a) advertência - na primeira vez que o fato ocorrer;
- b) multa - de 02 a 10% do valor contratado, conforme a discricionariedade do Município.
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

23) Além de outros previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, em especial constituem motivos para a rescisão do contrato, por ato unilateral do Município:

- a) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) A lentidão no cumprimento do contrato.
- c) O atraso no início da prestação do serviço.
- d) A paralisação total ou parcial do serviço.
- e) A subcontratação parcial ou total do serviço.

- 16
- f) O desatendimento das determinações da Fiscalização do Município.
  - g) O cometimento reiterado de faltas.
  - h) As multas serão descontadas dos pagamentos, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
  - i) Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à Contratada, a pena de suspensão do direito de licitar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em função da gravidade da falta cometida.

24) Fica estabelecido, no entanto, de comum acordo entre as partes Contratantes que cabe ao Contratante o direito de rescindir de pleno direito o presente contrato, a qualquer tempo, independentemente do procedimento judicial, sem que lhe seja exigível, por este motivo, indenização ou ressarcimento de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando for evidenciada a incapacidade técnica do Contratado;
- b) se o Contratado cair em insolvência, ou vier a falir.
- c) se o Contratado transferir/sub-contratar o contrato a terceiros, sem expressa autorização do Contratante;
- d) se o Contratado deixar de iniciar o serviço no prazo que lhe for determinado ou interrompê-lo sem justo motivo devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;
- e) quando as multas, por descumprimento do prazo, atingirem o montante investido pela empresa.

25) O contratado deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ele assumidas, e todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Comunicado de Contratação Emergencial do Transporte Escolar.

26) As despesas decorrentes da presente contratação, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

09.06.12.361.0058.2913.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 649;  
09.06.12.361.0058.2921.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 653;  
09.06.12.361.0058.2914.3.3.9.0.33.00.00.00.00 – 651.

27) O Contratado declara reconhecer os direitos do Contratante em efetivar a rescisão nas condições a que se refere o disposto nos artigos 78, 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

28) As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Montenegro/RS, para dirimir dúvidas emergentes do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, com as testemunhas abaixo.

Montenegro, 20 de fevereiro de 2019.

CARLOS EDUARDO MÜLLER  
Prefeito Municipal.

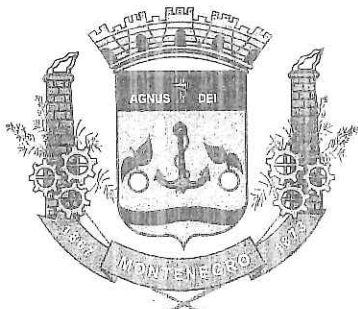


17  
18

JUNIOR MACHADO ME  
Contratado.

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Procuradoria - Geral

C.I. N.º 0338-2019

DATA : 11 de junho de 2019  
DE : PGM  
PARA : SMEC  
ASSUNTO : Resposta a CI nº 332/2019

A Sra. Secretária Municipal de Educação e Cultura:

Informamos que a atribuição dos Fiscais de Contrato são fiscalizar, vigiar, examinar e velar para que o objeto e as cláusulas do contrato sejam cumpridos e o embasamento legal está no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, no artigo 6º do Decreto 6.923/15 e em Parecer da DPM (documentos em anexo a esta CI). Contudo, os contratos do transporte escolar vigentes tem estabelecido um fiscal administrativo e um fiscal técnico e suas atribuições estão definidas na cláusula 20, onde consta: 20) A fiscalização administrativa da execução do contrato, ficará a cargo da servidora Dariane Becker Peixoto e a fiscalização técnica, ficará a cargo do servidor Eriton Cezer da Silva Azeredo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que terão registro próprio das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Atenciosamente,

  
Alan Jesse de Freitas  
OAB/RS 64206  
Procurador Geral

**DECRETO N.º 6.923 - DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.**

Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos de aquisições e contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Montenegro e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68, inciso IV, combinado com o disposto no artigo 87, inciso I, da Lei Orgânica do Município e, considerando, entre outros fatores, que o art. 5º da lei federal 8.666/93, exige que cada unidade da Administração, no pagamento de suas obrigações relativo ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, observe a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme a fonte de recursos,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DO ESTABELECIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Art. 1º O presente Decreto institui procedimentos, rotinas, deveres e responsabilidades para a adequada observância da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Montenegro, em cumprimento ao artigo 5º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como estabelece diretrizes para a edição de normativas próprias por parte dos jurisdicionados.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Montenegro manterá listas consolidadas de credores, classificadas por fonte diferenciada de recursos e ordenadas pela ordem cronológica de antiguidade dos referidos créditos, estabelecida mediante a apresentação de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança e demais documentos exigidos no contrato, a serem confirmados em liquidação de despesa.

Art. 3º Os pagamentos serão ordenados em quatro listas separas, da seguinte forma: Livre e pequenos valores, MDE, ASPS e demais recursos.

Parágrafo único. Consideram-se de baixo valor os contratos de compras e serviços, salvo os de engenharia, cujo valor contratado, correspondente a todas as parcelas previstas ou estimadas, não ultrapassem o limite do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 4º As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança deverão ser recebidos pelo setor identificado no contrato/pedido, que ficará responsável pelo lançamento imediato do respectivo documento na lista geral de credores.

§ 1º Os contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Montenegro, deverão conter disposição específica sobre o local de entrega dos documentos de cobrança e demais documentos exigidos no contrato, para fins de inclusão nas listas classificatórias de fornecedores.

§ 2º Os contratos em execução deverão ser adequados à nova sistemática, mediante encaminhamento das notas fiscais, faturas e demais documentos referentes à contratação para o Serviço de Finanças, com vistas à criação e ordenação em listas classificatórias de credores.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS PRAZOS PARA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

Art. 5º Respeitada a ordem de classificação dos créditos, a Prefeitura Municipal de Montenegro observará o prazo máximo de trinta dias para proceder à liquidação e ao pagamento da obrigação, contados da data da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança.

§ 1º Os contratos vigentes na data da entrada em vigor do presente Decreto e que não estiverem adequados às prescrições desta normativa obedecerão aos prazos estabelecidos nos respectivos instrumentos contratuais.

§ 2º Os contratos de compras e serviços de baixo valor, excetuados os serviços de engenharia, que são regidos pelo disposto no caput, deverão observar prazo próprio de pagamento, a ser efetuado em até vinte dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal e/ou fatura.

Art. 6º O fiscal do contrato, com a supervisão do gestor do mesmo, adotará as providências necessárias para concluir a etapa de liquidação, com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, que não poderá ultrapassar o prazo de trinta dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente para os contratos em geral; contratos de pequeno valor e os contratos que não estiverem adequados às prescrições deste Decreto.

Parágrafo único. O instrumento convocatório e/ou o contrato estabelecerão plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização, mediação e certificação da prestação contratada.

Art. 7º As cobranças devem ser realizadas a partir da data do adimplemento da obrigação contratual ou do transcurso de etapa ou de parcela, desde que previsto e autorizado o parcelamento da prestação, em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro.

§ 1º O edital e/ou o contrato estabelecerão as condições do adimplemento da prestação, podendo estabelecer eventos especiais sem os quais não serão consideradas perfeitamente adimplidas as obrigações, tais como a expedição de alvarás previstos em leis ou regulamentos.

§ 2º A nota fiscal deverá vir acompanhada, se for o caso, de todos os documentos comprobatórios exigidos no edital e/ou no contrato, bem como da Lei Municipal 3872/2003, juntamente com a assinatura do Fiscal e Secretário, sem os quais não será possível a inclusão do contratado nas listas classificatórias de credores.

Art. 8º Não serão pagos créditos, ainda que certificados, enquanto houver outro mais bem classificado, custeado pela mesma fonte de recursos, ainda que seja originário de exercício encerrado.

Parágrafo único. Havendo créditos certificados e não pagos em virtude de mora exclusiva da Administração na certificação de obrigação mais bem classificada, o gestor do contrato e o respectivo fiscal adotarão as providências necessárias à regularização do fluxo de pagamentos.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA NOTIFICAÇÃO DO CONTRATADO E DA REPOSIÇÃO EM LISTA CLASSIFICATÓRIA**

Art. 9º Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança perante a Prefeitura Municipal de Montenegro será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores.

Parágrafo único. O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis a Prefeitura Municipal de Montenegro.

Art. 10 É vedado o pagamento parcial de crédito, devendo os recursos disponíveis ser utilizados para solver a fatura que esteja na ordem de classificação, exceto se houver indisponibilidade financeira, a qual determinará a permanência do saldo remanescente na mesma ordem de classificação.

#### **CAPÍTULO IV** **DA JUSTIFICAÇÃO DA SUSPENSÃO DA ORDEM DE** **CLASSIFICAÇÃO**

Art. 11 É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público, em situações extraordinárias, tais como as arroladas a seguir, exemplificativamente:

I – para evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Instituição ou para restaurá-los;

II – para dar cumprimento à ordem judicial ou do Tribunal de Contas do Estado que determine a suspensão de pagamentos; e

III – para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação, caso em que a apuração não ultrapassará o prazo máximo de 15 (quinze dias), prorrogáveis motivadamente.

**CAPÍTULO V**  
**DA PUBLICIDADE E DA IMPUGNAÇÃO DAS LISTAS**  
**CLASSIFICATÓRIAS**

Art. 12 As listas de credores serão divulgadas em tempo real, nos termos do disposto no artigo 2º, § 2º, inciso II, do Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010, no Portal do Município.

Art. 13º O contratado poderá representar ao Secretário da pasta para impugnar a preterição de seu crédito na ordem cronológica de pagamentos.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E FINAIS**

Art. 14º Não se sujeitarão ao disposto neste Decreto os pagamentos decorrentes de:

I - suprimientos de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as quais são regidas pela Lei Estadual nº 10.282, de 4 de outubro de 1994, e pelo Decreto Estadual nº 35.706, de 14 de dezembro de 1994, e suas eventuais alterações;

II - remuneração e outras verbas devidas a agentes públicos, como diárias, ajudas de custo, indenização pelo uso de veículo particular, entre outras;

III - obrigações tributárias; e

IV - outras despesas que não sejam regidas pela Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 15º Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município.

Art. 16º Este Decreto entrará em vigor em cento e vinte dias a contar da sua publicação.



**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO, em 24 de  
setembro de 2015.**

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:  
Data Supra.**

**LUIZ AMÉRICO ALVES ALDANA,  
Prefeito Municipal.**

**VANDERBELI GRIEBELER,  
Secretária-Geral.**



## DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

Porto Alegre, 13 de outubro de 2015.

INFORMAÇÃO N.º 3080

Interessado: Município [...].  
Consultante: [...].  
Destinatário: Prefeito Municipal.  
Ementa: Designação de servidores como fiscais e gestores de contrato. Dever da Administração em acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos dos quais faz parte. Considerações.

Por e-mail, é consultada esta Delegações (registro DPM nº 52.287/2015), no seguinte teor:

Gostaria de receber material que estabeleça as funções e diferenças entre fiscal do contrato, e gestor de contratos, responsabilidades de cada dentro do processo, bem como a forma que deve ser efetuada a fiscalização. Se possível também estabelecer a diferença entre o fiscal do contrato, e a comissão de recebimento. [sic]

Examinada a questão, nosso departamento de assistência em licitações e contratos administrativos passa a tecer as seguintes considerações:

1. A Lei nº 8.666/1993 rege a matéria objeto da consulta no art. 67, que disciplina:



## DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Deste modo, é dever do Município acompanhar a execução de seus contratos, designando um servidor público especialmente para a função de fiscal.

2. O fiscal do contrato é o responsável por sua perfeita execução, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, a de atestar o recebimento dos serviços prestados, mediante termo de recebimento, conforme arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

§ 1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.



## DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

Conforme se deduz da norma transcrita, o recebimento provisório é atribuição do servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização. Já o recebimento definitivo poderá ser realizado, também, por comissão especialmente designada, conforme o caso e à juízo da autoridade competente, em face da complexidade do objeto do contrato.

3. O servidor designado como fiscal deve conhecer o contrato, o edital e a proposta da empresa vencedora da licitação (ou contratada diretamente por processo de dispensa ou inexigibilidade), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993).

Isso porque, conforme dispõe o art. 78, inciso VIII, da Lei nº 8.666/1993, é facultado à Administração, em processo próprio, rescindir o contrato pela ocorrência reiterada de faltas, desde que essas faltas estejam anotadas pelo fiscal no registro próprio.

4. E em que pese a fiscalização deva ser desempenhada exclusivamente por servidor público efetivo<sup>1</sup>, o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 admite a contratação de terceiros para auxiliar o fiscal, podendo ser o autor do projeto básico, nos termos do art. 9º, da lei nº 8.666/1993, munindo-o de informações necessárias ao cumprimento do encargo.

Ainda assim, é importante que a escolha recaia sobre servidor cuja atribuição do cargo guarde, preferencialmente, correlação direta com a atividade a ser fiscalizada. Por exemplo, os contratos, cujo objeto diga respeito a obras e serviços de engenharia, devem, de preferência, ter como fiscal um servidor com a titulação da respectiva área.

<sup>1</sup> Embora nada diga a lei, entendemos inviável a designação de servidor nomeado em cargo em comissão, pois este se destina, por disposição constitucional, exclusivamente, ao exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, inciso V, da CRFB/88).



## DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

5. Dentre as atribuições do fiscal, além de acompanhar a execução da obra, da prestação do serviço ou da compra contratada pela Administração, compete-lhe anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato (art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993), bem como a atuação dos licitantes no respectivo cadastro de fornecedores municipal, evitando, por exemplo, que a Administração convide para participar de certames licitantes contumazes no descumprimento de suas obrigações contratuais.

Também deve o fiscal acompanhar se o contratado mantém as condições de habilitação e qualificação durante toda a execução do contrato, consoante obrigação assumida por ocasião da assinatura do instrumento (art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993<sup>2</sup>).

6. É necessário esclarecer que, para cada contrato administrativo, deverá ser especialmente designado um fiscal; o que não obsta que seja o mesmo servidor para todos os contratos da Administração.

Não há, ainda, em tese, como o servidor negar-se a cumprir com as obrigações para as quais foi designado, sob pena de sofrer punição por insubordinação, após regular processo administrativo disciplinar.

Outrossim, não sugerimos a designação no próprio instrumento contratual, pois eventual substituição do fiscal demandaria aditamento do contrato.

Quanto ao instrumento adequado à designação do servidor para a fiscalização de um contrato, temos que é a **portaria**. Segundo Hely Lopes Meirelles, portarias "são atos administrativos internos pelos quais os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou **designam servidores para funções** e cargos secundários"<sup>3</sup> (grifamos).

<sup>2</sup> "Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

<sup>3</sup> In **Direito Administrativo Brasileiro**. 25ª ed., SP: Malheiro, 2000, p. 174.



## DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

X – examinar, periodicamente<sup>4</sup>, a atualização e a adequação da documentação do contratado em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade superior, sugerindo a aplicação de sanção e a rescisão contratual no caso de manutenção do descumprimento, observando a ampla defesa e o contraditório;

XI – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.<sup>5</sup>

### Atribuições do fiscal do contrato:

Art. 3º Para cada contrato será previamente designado um fiscal e o respectivo suplente, mediante portaria, cujas atribuições, além de outras expressamente fixadas no ato de designação, são:

I – solicitar a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos, fornecido a ele em, no máximo, \_\_\_\_ dias após a assinatura;

II – conhecer os termos do edital ou do convite e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de reajuste, se for o caso, e as hipóteses de aditamento.

III – acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;

IV – juntar documentos, registrar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;

V – registrar, em livro próprio<sup>6</sup>, todas as ocorrências durante a execução do contrato, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, a ser estipulado de acordo com o caso concreto;

VI – fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;

VII – solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização;

<sup>4</sup> A Administração pode assinar prazo, por exemplo, mensalmente, ou antes de cada pagamento.

<sup>5</sup> Entre outras definidas pela Administração que tenham relação com a macrogestão dos contratos.

<sup>6</sup> A lei fala em registro próprio, mas nada impede que as anotações sejam feitos nos autos do processo de fiscalização. No caso de obras, sugere-se a confecção do livro de ordem de obra, conforme Resolução CONFEA nº 1024/2009.



## DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

- VIII – conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;
- IX – dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;
- X – dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver previsão expressa na portaria de designação; e
- XI – outras previstas na portaria de designação.

Estas as considerações que julgamos pertinentes para subsidiar a atuação da Administração.

**Margere Rosa de Oliveira**  
OAB/RS nº 25.006

**César Antônio Puperi**  
OAB/RS nº 21.810

**Armando Moutinho Perin**  
OAB/RS nº 41.960